



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES

**Análise de estratégias na permanência em carreira política dos deputados
federais paulistas no período de 1991 a 2008**

Caroline Miranda Sampaio

Orientadora: Profa.Dra.Flávia Mori Sarti

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao bacharelado em Gestão de Políticas
Públicas da Escola de Artes, Ciências e
Humanidades da Universidade de São Paulo.

São Paulo

2011

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES

**Análise de estratégias na permanência em carreira política dos deputados
federais paulistas no período de 1991 a 2008**

Caroline Miranda Sampaio

Orientadora: Profa.Dra.Flávia Mori Sarti

São Paulo

2011

Avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso

Título: Análise de estratégias na permanência em carreira política dos deputados federais paulistas no período de 1991 a 2008

Autor: Caroline Miranda Sampaio

Ano: 2011

Profª.Dra.Flávia Mori Sarti

Orientadora

Nota:

Prof.Dr.Wagner Pralon Mancuso

Participante da Banca de Avaliação

Nota:

Dedicatórias e Agradecimentos

Dedico este trabalho, em primeiro lugar, à equipe que deu início ao mesmo, a partir do projeto de iniciação científica: Três professores e duas alunas que fizeram toda a diferença no meu último ano de graduação¹. Durante todo o período de pesquisa, nós aprendemos juntos, fizemos novas descobertas e, naturalmente, criamos vínculos.

Às minhas colegas, Carolina Uehara e Anita de Cássia Sbegue, só tenho a agradecer pela cooperação e pela forma como conduzimos o trabalho durante um ano e meio. Sempre esforçadas e colaborativas, formamos – sem demagogia – a melhor equipe de trabalho da qual já participei.

Agradeço também ao professor Wagner Pralon Mancuso, que nos deu orientação semanal para o preenchimento do banco de dados. Agradeço pela ajuda e pelo aprendizado, que foi muito além do que tivemos em sala de aula, fazendo com que o trabalho de pesquisa realmente valesse a pena.

À minha orientadora, professora Flávia Mori Sarti, agradeço pelo aprendizado que obtive, e também pela condução do trabalho. Sempre muito atenciosa, ela me ajudou a conduzir a parte operacional da pesquisa, tornando possível a realização deste trabalho.

Agradeço também aos meus colegas de sala das turmas III e IV do curso de Gestão de Políticas Públicas, que sempre me apoiaram durante a graduação. Coloco aqui as duas turmas, pois ambas foram muito importantes para minha formação – acadêmica e pessoal.

Enfim, dedico este trabalho à minha família, que sempre esteve ao meu lado. Graças a eles eu estou me formando no curso que eu escolhi, e pronta para atuar na área profissional que acredito ter como vocação.

¹ A pesquisa de iniciação científica foi fruto de uma cooperação interdisciplinar entre três estudantes e três professores da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP). Os professores são: Flavia Mori Sarti, Wagner Pralon Mancuso (ambos do curso de Gestão de Políticas Públicas) e Camilo Rodrigues Neto (curso de Sistemas de Informação). As outras alunas de graduação são Anita de Cássia Sbegue e Carolina Uehara, ambas do curso de Gestão de Políticas Públicas.

Sumário

Introdução	7
O processo de democratização no Brasil.....	10
O sistema eleitoral brasileiro.....	14
As estratégias de carreira política dos deputados federais brasileiros.....	17
Metodologia	20
Resultados	25
Considerações Finais.....	46
Referências.....	49
Anexos.....	51
Anexo 1. Questionário-base do banco de dados.....	51
Anexo 2. Lista dos deputados federais do estado de São Paulo atuantes na Câmara de Deputados entre 1991 e 2008.	70
Anexo 3. Representação gráfica das estratégias de carreira adotadas pelos deputados federais do estado de São Paulo entre 1991 e 2008.	76

Lista de Tabelas e Figuras

Quadro 1. Exemplo de ficha de coleta de dados da pesquisa.....	21
Tabela 1. Deputados federais do estado de São Paulo que disputaram eleições municipais, segundo legislatura. Brasil, 1992-2008.....	25
Tabela 2. Distribuição da escolha de evolução na carreira política de deputados federais do estado de São Paulo, segundo legislatura. Brasil, 1994-2010.....	27
Tabela 3. Composição típica dos partidos na representação do estado de São Paulo na Câmara dos Deputados da 49 ^a . à 51 ^a . legislatura. Brasil, 1991-2008.	28
Figura 1. Composição da representação partidária do estado de São Paulo na Câmara dos Deputados, segundo legislatura. Brasil, 1994-2010.	28
Tabela 4. Fidelidade partidária dos deputados federais do estado de São Paulo da 49 ^a . à 52 ^a . legislatura. Brasil, 1992-2008.....	29
Tabela 5. Profissões declaradas pelos deputados federais do estado de São Paulo da 49 ^a . à 53 ^a . legislatura. Brasil, 1994-2010.....	30
Tabela 6. Distribuição dos deputados federais do estado de São Paulo de acordo com nível de escolaridade. Brasil, 1994-2010.	31
Tabela 7. Distribuição dos deputados federais do estado de São Paulo de acordo com apoio ao governo, segundo legislatura. Brasil, 1994-2010.	32
Tabela 8. Distribuição dos deputados federais do estado de São Paulo de acordo com participação do partido na base do governo e/ou coligação, segundo legislatura. Brasil, 1994-2008. ...	33
Tabela 9. Distribuição dos deputados federais do estado de São Paulo de acordo com número de proposições transformadas em normas jurídicas, segundo legislatura. Brasil, 1994-2010.	35
Tabela 10. Distribuição dos deputados federais do estado de São Paulo de acordo com proporção de ausências em votações de plenário, segundo legislatura. Brasil, 1994-2010.....	36
Tabela 11. Distribuição dos deputados federais do estado de São Paulo de acordo com realização de atividades partidárias, segundo legislatura. Brasil, 1994-2010.....	38
Tabela 12. Distribuição dos deputados federais do estado de São Paulo de acordo com ocupação de cargos (líder da bancada), segundo legislatura. Brasil, 1994-2010.	39
Tabela 13. Distribuição dos deputados federais do estado de São Paulo de acordo com ocupação de cargos (líder do governo), segundo legislatura. Brasil, 1994-2010.	40
Tabela 14. Distribuição dos deputados federais do estado de São Paulo de acordo com ocupação de cargos (líder da maioria / minoria), segundo legislatura. Brasil, 1994-2010.....	40
Tabela 15. Distribuição dos deputados federais do estado de São Paulo de acordo com ocupação de cargos (líder do bloco parlamentar), segundo legislatura. Brasil, 1994-2010.	41
Tabela 16. Distribuição dos deputados federais do estado de São Paulo de acordo com ocupação de cargos (membro de comissão permanente), segundo legislatura. Brasil, 1994-2010.	42
Tabela 17. Distribuição dos deputados federais do estado de São Paulo de acordo com ocupação de cargos (membro de Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização), segundo legislatura. Brasil, 1994-2010.	43
Tabela 18. Distribuição dos deputados federais do estado de São Paulo de acordo com ocupação de cargos (membro de CPI), segundo legislatura. Brasil, 1994-2010.	44
Tabela 19. Distribuição dos deputados federais do estado de São Paulo de acordo com ocupação de cargos (membro da Mesa Diretora), segundo legislatura. Brasil, 1994-2010.....	45

Resumo

Caroline Miranda Sampaio. **Análise de estratégias na permanência em carreira política dos deputados federais paulistas no período de 1991 a 2008.** São Paulo, 2011.

O presente trabalho analisa alguns possíveis determinantes do sucesso eleitoral dos deputados federais que tentaram se reeleger na Câmara dos Deputados pelo estado de São Paulo em cinco legislaturas, compreendidas entre 1991 (início da 49ª legislatura) e 2008 (meados da 53ª). O objeto de estudo da pesquisa são indicadores que buscam expressar: envolvimento do deputado em trabalhos na Câmara, ocupação de cargos relevantes no Congresso Nacional ou no próprio partido. Pretende-se verificar a possibilidade de vínculo entre a atuação do deputado na Câmara e a concretização de reeleição. Os indicadores foram baseados em coleta de dados disponíveis nas biografias dos deputados federais pelo estado de São Paulo que compuseram pelo menos uma das legislaturas entre 1991 e 2008. Os dados são disponibilizados pela Câmara dos Deputados em meio eletrônico. Outros dados coletados são informados pelo Tribunal Superior Eleitoral e outros órgãos, possibilitando a construção de um banco de dados. A coleta de dados foi baseada em um questionário contendo as variáveis necessárias ao estudo e respectivas respostas codificadas. Os resultados analisados no presente trabalho sugerem que, no processo de busca por reeleição, os deputados federais devem ter visibilidade política e/ou midiática, pois os parlamentares com maior atuação na Câmara apresentaram, em geral, maior probabilidade de reeleição.

Palavras-chave: carreira política; reeleição; Câmara dos Deputados; sistema eleitoral; políticas públicas.

Introdução

A proposta do presente trabalho é analisar as possíveis variáveis determinantes da reeleição para Câmara dos Deputados nas cinco últimas legislaturas brasileiras. Pretende-se verificar a possibilidade de vínculo entre a atuação do deputado na Câmara e a concretização de reeleição.

O trabalho de conclusão de curso é parte de um projeto de pesquisa mais amplo, originário de um estudo de iniciação científica em andamento desde o final do ano de 2009, cujo título era “*Análise de estratégias na carreira política dos deputados federais paulistas no período de 1991 a 2008*”.

O objetivo do projeto de iniciação científica era formar um banco de dados com informações sobre a carreira política dos deputados federais eleitos pelo estado de São Paulo, que atuaram na Câmara dos Deputados pelo menos uma vez no período compreendido entre 1991 (início da 49ª legislatura) e 2008 (meados da 53ª legislatura).

A partir da eleição, um deputado federal se depara com quatro opções para sua carreira política (Leoni, Pereira e Rennó 2003):

- (i) Saída (não concorrer mais a nenhum cargo);
- (ii) Regressiva (concorrer a cargos legislativos municipais ou estaduais);
- (iii) Estática (permanecer no Poder Legislativo federal, concorrendo à reeleição como deputado federal ou à eleição como senador); e
- (iv) “Executiva” (candidatar-se a cargos executivos em governos municipais, estaduais ou federal).

Inicialmente, buscou-se identificar os fatores que determinam escolhas de carreira realizadas pelos deputados federais paulistas no período considerado, bem como o êxito ou o fracasso das decisões tomadas. Contudo, houve certa dificuldade para efetuar o levantamento de dados, tendo em vista o volume de informações necessárias para construção de um modelo confiável, o que não impediu a continuidade do trabalho.

Assim, foi organizado um extenso banco de dados, descrito nos próximos capítulos procedentes. A partir do banco de dados, foram selecionadas quinze variáveis explicativas dos possíveis fatores de influência quanto à possibilidade de reeleição dos deputados, especificamente informações sobre sua atuação dentro da Câmara dos Deputados.

A cada quatro anos, a população brasileira elege 513 deputados federais para compor a Câmara dos Deputados, atribuindo-lhes uma ampla gama de responsabilidades, cujos impactos são significativos na vida cotidiana dos cidadãos. Ao lado do Senado Federal, a Câmara dos Deputados é uma das Casas do Poder Legislativo nacional.

Na ausência de um Congresso Nacional eficiente, é difícil estabelecer os *checks and balances* necessários à estabilidade democrática, bem como discutir e renovar leis vigentes no país. A relação harmônica entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário é essencial para manutenção do sistema federalista e garantia dos mecanismos de *accountability* horizontal e vertical (O'Donnel 1998) – onde reside a importância da divisão entre poderes e, também, o papel da sociedade na fiscalização e participação no processo democrático.

As incumbências dos deputados federais são determinadas pela Constituição Federal (título IV, capítulo I) (Brasil 1988). Entre outras tarefas, os deputados federais têm papel crucial na análise e votação do orçamento da União, além de fiscalizar atos do Poder Executivo e apreciar e votar outras proposições legislativas que, caso sejam aprovadas, originam emendas constitucionais, leis complementares, leis ordinárias e demais peças que orientam as políticas públicas em diversos setores.

Assim como outros atores políticos, os deputados federais também apresentam ambições em relação às suas respectivas carreiras. A proposta de pesquisa baseou-se na contribuição ao conhecimento das motivações e estratégias que regem as opções de carreira de tais atores do ciclo das políticas públicas no Brasil.

A pesquisa foi restrita à análise de carreira dos deputados federais eleitos pelo estado de São Paulo, pois a tarefa de organização do banco de dados ultrapassou o prazo inicialmente previsto para condução do projeto.

Embora delimitada aos deputados federais de São Paulo, a pesquisa é relevante à medida que é diferenciada em relação a outros trabalhos anteriormente publicados no Brasil sobre carreiras políticas, que abarcaram, no máximo, duas legislaturas (Pereira e Rennó 2003, Leoni, Pereira e Rennó 2003, Pereira e Rennó 2007, Botero e Rennó 2007). A presente pesquisa incluiu um período amplo, compreendido entre os anos de 1991 e 2008.

Assim, tendo como base o conceito de *accountability* vertical, coloca-se como pano de fundo a seguinte questão: os deputados que exercem determinadas tarefas durante a legislatura são recompensados com reeleição?

Algumas hipóteses foram elaboradas na execução do presente estudo, de modo que cada uma corresponde a uma variável (ou um conjunto de variáveis) analisada, conforme descrito a seguir.

O primeiro conjunto de variáveis refere-se à influência do partido do deputado e sua relação com partido no Poder Executivo. A hipótese é que deputados cujo partido participa da base do governo têm mais chance de alcançar a reeleição. Condição idêntica é válida para partidos participantes da coligação que apoiava o presidente que obteve o maior número de votos e deputados que votaram majoritariamente de forma favorável às propostas do Executivo no plenário da Câmara.

O segundo conjunto de variáveis abarca duas possíveis formas de analisar o trabalho individual do deputado dentro do Congresso Nacional. A primeira variável corresponde ao número de proposições legislativas apresentadas pelo deputado e convertidas em norma jurídica durante a legislatura. Tendo em vista a dificuldade de aprovação de uma norma jurídica, a hipótese é que o deputado com maior o número de proposições transformadas em lei tem maior possibilidade de reeleição. A segunda variável apresenta uma correlação negativa com a probabilidade de reeleição: o número de ausências do deputado em votações de plenário. No caso, uma maior proporção de ausências pressupõe que exista menor chance de reeleição.

O objetivo do terceiro conjunto de variáveis é analisar uma possível correlação entre reeleição e ocupação de cargos importantes dentro do partido e/ou Congresso Nacional. Foram analisados os cargos de destaque do deputado em seu partido, cargo de líder da bancada do partido na Câmara, líder do governo na Câmara, líder da maioria ou da minoria na Câmara, líder de bloco parlamentar, presidente ou vice-presidente de importantes Comissões da Câmara e/ou cargos na Mesa Diretora da Câmara. A hipótese em teste é que cargos de destaque são concedidos aos políticos mais influentes e/ou com maior visibilidade midiática, que contribui para aumentar suas chances de obter significativo número de votos.

O trabalho está estruturado da seguinte maneira: na seção a seguir, buscou-se descrever o panorama das recentes contribuições acadêmicas acerca de estratégias na carreira política dos deputados federais brasileiros. Em seguida, na seção 3, é apresentada a metodologia utilizada para obter e organizar o banco de dados analisados no trabalho. A seção 4 apresenta os resultados obtidos na análise proposta. Ao final, na seção 5, constam algumas conclusões acerca de quais hipóteses descritas no estudo tiveram alguma evidência positiva.

O processo de democratização no Brasil

A compreensão da conjuntura no processo de democratização no Brasil teve como ponto-chave os direitos advindos da promulgação da nova Constituição Federal em 1988 para garantia dos direitos políticos que resultaram em um sistema democrático federativo no país.

De acordo com Bobbio (2004), a democracia pode ser analisada sob o ponto de vista de três tradições do pensamento político. O primeiro é o conceito aristotélico que define a democracia como o “*Governo do Povo, de todos os cidadãos*” (Bobbio 2004:319), diferentemente da monarquia e aristocracia. O segundo é o conceito medieval que define a democracia como base da soberania popular através da representação. Por fim, a teoria moderna define a democracia como uma forma de república, diferenciando-se da monarquia.

Bobbio resgata a tese de Marshall para ampliar o entendimento da concepção moderna de democracia. De acordo com o autor, grupos de indivíduos em diferentes países lutaram pelo estabelecimento dos direitos civis no século XVIII. A partir da implantação dos direitos civis, a luta é direcionada à conquista dos direitos políticos no século XIX. Após a garantia do sufrágio universal, as sociedades direcionam-se à busca dos direitos sociais, como universalização da saúde, educação, etc.²

Dentro de tal contexto, inicia-se o desenvolvimento do denominado Estado de Bem-Estar Social que, no entanto, não foi estabelecido de forma simples:

“uma breve análise histórica da intervenção atual dos Estados no campo social nos revela que a relação entre assistência, industrialização e democracia é assaz complexa, dá lugar a profundas tensões e só atinge a forma atual em época bastante recente” (Bobbio 2004:419).

Marcelo Medeiros (2001) define *Welfare State* como “*a mobilização em larga escala do aparelho de Estado em uma sociedade capitalista a fim de executar medidas orientadas diretamente ao bem-estar de sua população*” (Medeiros 2001:6). Porém, o autor destaca que tal característica não permeia o processo democrático no Brasil.

² Posteriormente, José Murilo de Carvalho (2002) transpõe a concepção para o caso brasileiro. Segundo o autor, os primeiros direitos conquistados no Brasil não foram os direitos civis, mas os direitos políticos, em período posterior às sociedades analisadas por Marshall. Após alcançar os direitos políticos, os brasileiros tiveram garantidos direitos sociais, nos moldes da cidadania regulada (conceito de Wanderley Guilherme dos Santos). Quanto aos direitos civis, José Murilo de Carvalho acredita que o país ainda busca alcançar.

O sistema de bem-estar social no Brasil adquiriu um caráter político (e não social). O objetivo primeiro era regular a organização dos trabalhadores assalariados, como foi feito por Getúlio Vargas. A partir de 1930, o esboço de *Welfare State* que estava se formando sob a sombra do autoritarismo trazia consigo políticas sociais predominantemente conservadoras e corporativistas. Medeiros define que, à época, “*na relação estruturada entre o Estado e a classe trabalhadora, convergem os fenômenos do patrimonialismo, cooptação e corporativismo*” (Medeiros 2001:11). Cabe acrescentar que as características destacadas estavam camufladas sob um aspecto aparentemente democrático, calcado em forte apoio popular.

Por outro lado, à época também ocorreram importantes mudanças no país. As primeiras reivindicações de trabalhadores (urbanos) começaram a ser encaminhadas. Também foram criadas instituições como a Justiça Eleitoral, o Ministério do Trabalho, a legislação sindical, entre outras. Porém, muitas conquistas foram logo em seguida perdidas, quando ocorreu o golpe de Estado e Vargas centralizou o poder.

Durante o retorno ao período democrático – e também populista – da metade do século XX (a partir de 1945), permaneceram os fracos sinais de desenvolvimento de um sistema de bem-estar social, que abrangia somente os trabalhadores formais e, mesmo assim, com algumas restrições. Entretanto, o Poder Legislativo voltou a operar, os partidos políticos saíram da ilegalidade e foram convocadas novas eleições. Ainda não havia o sufrágio universal, mas os cidadãos possuíam mais direitos políticos do que durante um Estado de exceção.

Os anos de democracia populista resultaram em grandes transformações, principalmente com respeito à industrialização e à urbanização. Entretanto, uma gama de direitos continuava restrita aos trabalhadores urbanos, gerando enormes dívidas sociais com o restante da população. Sucessivas crises marcaram o período próximo da década de 1960, culminando no golpe militar de 1964.

A ditadura militar estabelecida implementou diversas políticas de caráter compensatório de forma centralizadora. O país obteve taxas de crescimento significativas, modernizando-se sem, no entanto, estabelecer devidamente os direitos fundamentais da população. O jargão “*deixar o bolo crescer para depois dividir*” guiou as políticas dos governos militares – no entanto, praticamente não houve a prometida distribuição. Os partidos políticos antigos foram extintos, o parlamento foi desfeito e a população teve seus direitos cerceados.

A situação só mudou a partir do início do processo de redemocratização via anistia ao início da década de 1980, cujas reformas permitiram o retorno à democracia no Brasil.

Entretanto, a reconstrução do processo democrático, em termos eleitorais, foi extremamente difícil. As primeiras eleições diretas para governadores foram realizadas em 1982, mas os demais cargos continuavam dependendo de indicação.

Em 1984 presenciou-se um dos maiores – senão o maior – movimento social já realizado no Brasil, quando a população foi às ruas reivindicar por eleições diretas para presidente. O movimento conhecido como “*Diretas Já*” propagou-se rapidamente pelo Brasil, atraindo milhões de pessoas à manifestação. Como resultado, o povo finalmente pôde ir às urnas expressar sua opinião, ainda que de forma indireta.

Dando continuidade ao processo de mudança, a promulgação da Constituição Federal de 1988 possibilitou a emergência do sistema democrático – ainda que não ideal. Dentre os diversos direitos adquiridos pela sociedade brasileira, mostram-se mais relevantes para o presente trabalho os direitos fundamentais à livre criação de associações lícitas e partidos políticos. Tais direitos, suprimidos durante o período de governo militar, apresentam fundamental importância no âmbito do processo de redemocratização no Brasil.³

A chamada “*Constituição Cidadã*” foi escrita num contexto muito propício a mudanças, pois os últimos anos de governo militar haviam redundado em uma severa crise econômica e profundo endividamento público.

Após a promulgação da Constituição de 1988, o debate em torno das eleições foi paulatinamente sendo modificado, focalizando questões como o direito à reeleição, o sistema eleitoral em si, entre outros. Entretanto, o passado sombrio da ditadura gerou desconfiança da população em relação ao governo e, conseqüentemente, às instituições políticas e à democracia. Tal sentimento consolidou-se pela percepção de que significativo número de políticos adota uma postura personalista e populista. Assim sendo, os partidos políticos – tão necessários à manutenção da democracia – tiveram suas bases institucionais enfraquecidas, ressaltando uma característica típica do comportamento do eleitor brasileiro: vota-se em indivíduos, não em partidos.

Segundo Wilhelm Hofmeister (2007), o personalismo é uma tendência comum aos países da América Latina. A desconfiança em relação às instituições e a aversão à ideia de reeleição, devido à vigência de ditaduras durante o final do século XX, resultaram em resistência por parte da população dos países latino-americanos. Porém, a reeleição

³ Cabe uma observação metodológica: Antes do início do processo de coleta de dados para a pesquisa, o propósito era analisar o período democrático do Brasil – ou seja, desde 1988. Contudo, como foi um período de grandes transformações no país, poucos dados foram devidamente registrados à época, o que inviabilizou a proposta. Assim, decidiu-se por começar a análise a partir da 49ª Legislatura, que teve início no ano de 1991.

paulatinamente tornou-se uma ideia apoiada pela população, pois alguns dos novos líderes alcançaram grande popularidade:

“Muitos destes líderes latino-americanos desfrutam da confiança dos seus povos – o que sem dúvida tem um aspecto positivo. Não obstante, o lado problemático deste fenômeno é que a confiança nas pessoas dos líderes está acompanhada por uma marcada desconfiança nas instituições políticas e na democracia. Com as suas posturas personalistas e até populistas, alguns líderes contribuem para enfraquecer mais ainda as instituições” (Hofmeister 2007:7).

É um aspecto de fundamental importância no contexto do presente trabalho: se a população tende a votar em personalidades, não em partidos, resta saber quais são as características necessárias a um candidato para ser bem sucedido na eleição. Na seção a seguir, o funcionamento do sistema eleitoral brasileiro é explicado, de forma que se possa compreender os elementos necessários à eleição de um candidato a deputado federal.

O sistema eleitoral brasileiro

Há tempos discute-se a possibilidade de uma reforma política no Brasil, sob argumentos de que o sistema eleitoral brasileiro é confuso, o que colaboraria para distanciar o cidadão da política. No entanto, o propósito do trabalho não é discutir a reforma política. Entretanto, como o estudo envolve a eleição de deputados federais, é preciso entender como ocorre o processo eleitoral no caso.

O Brasil é um país federalista, que possui um Congresso bicameral com senadores e deputados federais eleitos em cada Estado.

Os cargos do Poder Executivo (presidente, governador e prefeito) são eleitos de maneira direta nas chamadas eleições majoritárias. Ou seja, o candidato que obtiver a maioria absoluta dos votos válidos (mais de 50%) vence a eleição. Caso nenhum candidato tenha obtido a maioria absoluta, realiza-se um segundo turno, onde concorrem apenas os dois candidatos mais votados no primeiro turno.

É o sistema denominado presidencialista: o presidente é escolhido por voto popular e seu mandato é prefixado (sendo, no caso do Brasil, quatro anos de mandato). Outra característica relevante do sistema presidencialista é que o presidente eleito é tanto o chefe de Estado quanto chefe de governo, à diferença do sistema parlamentarista.

No caso das eleições do Poder Legislativo no Brasil, porém, o sistema é mais complexo. No caso da denominada “Câmara Alta”, cada estado (unidade da federação) elege três senadores, que cumprirão oito anos de mandato, de modo que um terço do Senado é renovado em uma eleição e outros dois terços na eleição seguinte. Os senadores são eleitos pelo sistema majoritário, assim como nos cargos executivos: é eleito o candidato que obtiver o maior número de votos.

No caso das eleições para Câmara dos Deputados, o sistema é diferente. O número de deputados federais varia de estado para estado, sendo um mínimo de oito deputados federais e um máximo de 70 deputados federais por unidade da federação. O critério utilizado para determinar o número de representantes por estado é o tamanho de sua população. Contudo, institui-se um limite mínimo e máximo para evitar que um estado apresente número de representantes muito superior aos outros, haja vista que alguns estados são muito mais

populosos que outros.⁴ Tem-se, assim, um total de 513 deputados federais, que possuem um mandato de quatro anos e podem se candidatar à reeleição indefinidamente.

A eleição dos deputados federais ocorre por um sistema de representação proporcional de lista aberta. A melhor forma de explicar o sistema é apresentar o caso contrário: a representação proporcional de lista fechada. Os países que adotam a representação proporcional de lista fechada são países que atribuem maior importância aos partidos. No caso, a população vota em partidos, de modo que cabe aos partidos decidir quais deputados serão empossados, a depender do número de cadeiras destinadas a cada partido. Tal sistema demonstra maior confiança nos partidos políticos, mas apresenta como desvantagem o desconhecimento acerca dos candidatos que serão indicados pelo partido antes das eleições.

No caso do Brasil, o sistema de lista aberta significa que não são os partidos que decidem quem será eleito. Os eleitores podem escolher votar diretamente em um candidato ou na legenda do partido. Assim, a questão das coligações eleitorais torna-se importante: em qualquer eleição, os partidos podem se unir para a disputa de cargos eleitorais. A união é decidida entre os partidos e é desfeita após as eleições. Cada partido pode decidir se disputa eleições isoladamente ou coligado.

Em qualquer caso, a lógica para contagem dos votos é a mesma: divide-se o total de votos válidos pelo total de vagas em disputa. Em outras palavras, os votos válidos são calculados somando-se o número de votos nominais (ou seja, em candidatos) ao número de votos na legenda (no partido). A soma é dividida pelo número de vagas em disputa e o resultado é o chamado coeficiente eleitoral, sendo que qualquer partido (ou coligação) que alcança o coeficiente eleitoral elege representantes.

Em seguida, o total de votos de cada partido (ou coligação) é dividido pelo coeficiente eleitoral, resultando no coeficiente partidário; que indica o número de deputados eleitos de cada partido (ou coligação). Então, o candidato que obtiver maior número de votos entre os integrantes de seu partido/coligação ocupa a primeira vaga e assim sucessivamente, até atingir o coeficiente partidário.

Os próximos candidatos na lista que não conseguiram atingir o número de votos necessários tornam-se suplentes. Por exemplo, se um determinado partido/coligação conseguiu eleger cinco deputados, o sexto mais votado é o primeiro suplente e assim por diante. O suplente só atua na Câmara se um dos deputados de seu partido/coligação tiver que

⁴ Se não existisse um teto, o estado de São Paulo teria mais de cento e dez deputados federais, enquanto outros estados, como Roraima, por exemplo, teriam apenas um deputado.

se afastar do mandato por algum tempo ou deixar a Câmara definitivamente. Quando um suplente atua na Câmara, ainda que por um curto período de tempo, tem o mesmo papel de um deputado titular. Assim, durante a elaboração do presente trabalho, foram considerados deputados titulares e suplentes que atuaram na Câmara em algum momento entre 1991 e 2008. O mesmo sistema descrito é utilizado na eleição de deputados estaduais e vereadores, diferenciando-se apenas o número de vagas.

Uma característica importante do sistema proporcional é que os candidatos disputam mesmo internamente ao partido. Leoni, Pereira e Rennó colocam que no “*sistema eleitoral brasileiro, o mecanismo de seleção dos candidatos e algumas regras partidárias criam incentivos para um comportamento individualista e antipartidário*” (Leoni, Pereira e Rennó 2003:48). Segundo os autores, tal característica ajuda a explicar o comportamento individualista dos políticos, bem como a fraca institucionalização do sistema partidário.

Outra característica do sistema proporcional é a possibilidade de haver uma desproporcionalidade no número de votos, pois um deputado pode ser eleito mesmo se receber poucos votos, enquanto um candidato de outra coligação pode não ser eleito mesmo tendo recebido um significativo número de votos.⁵ Por outro lado, o sistema pode ser favorável aos pequenos partidos, pois seria mais difícil conseguirem eleger um candidato sem consolidar uma coligação com um partido maior.

⁵ Um exemplo muito citado da desproporcionalidade é o caso ocorrido nas eleições de 2002, quando o candidato Enéas Carneiro (PRONA-SP) obteve 1.573.112 votos, alcançando um coeficiente partidário suficiente para garantir seis cadeiras na Câmara dos Deputados. A consequência é que os outros cinco candidatos de seu partido foram eleitos com um número de votos irrisório, a saber: Amauri Robledo Gasques (18.417 votos); Professor Irapuan Teixeira (673 votos); Elimar Damasceno (484 votos); Ildeu Araújo (382 votos); e Vanderlei Assis (275 votos).

As estratégias de carreira política dos deputados federais brasileiros

O estudo das carreiras dos deputados federais torna-se relevante face à possibilidade de explicar determinados aspectos do sistema político brasileiro, como a ambição política, ou seja, a decisão do candidato sobre o cargo a disputar.

Alguns autores já estudaram anteriormente as estratégias de carreira dos deputados federais brasileiros. Segundo Leoni, Pereira e Rennó (2003), a partir do momento da eleição, um deputado federal se depara com quatro opções para sua carreira política: saída (não concorrer mais a nenhum cargo); regressiva (concorrer a cargos legislativos municipais ou estaduais); estática (permanecer no Poder Legislativo federal, concorrendo à reeleição como deputado federal, ou à eleição como senador); e “executiva” (candidatar-se a cargos executivos em governos municipais, estaduais ou federal).

Um dos principais aspectos ressaltado pelos autores é a alta proporção de deputados que buscam reeleição. De acordo com a pesquisa realizada por Leoni, Pereira e Rennó (2003), o percentual de legisladores no Brasil que concorrem à reeleição é superior aos demais países da América Latina, o que coloca a reeleição como preocupação central dos deputados brasileiros.

Paralelamente, há muitos deputados que se candidataram a algum cargo no Poder Executivo, principalmente municipal. Alguns autores acreditam que os parlamentares brasileiros são guiados pela ambição executiva, sendo que a tentativa de reeleição não poderia ser colocada como uma estratégia prioritária, mas como uma segunda opção para muitos deputados.

Samuels (2000) argumenta que os deputados mais vulneráveis eleitoralmente (ou seja, deputados que acreditam ter menores chances de eleição para um cargo melhor), concorrem à reeleição, enquanto os deputados com maior potencial usualmente concorrem a postos superiores.⁶ Como consequência, a rotatividade na Câmara é relativamente alta no Brasil em comparação com outros países, tendo em vista a alta ambição política é grande e as regras eleitorais, que incentivam um alto nível de competição entre os políticos.

A partir das implicações de tais argumentos, Leoni, Pereira e Rennó (2003) afirmam que:

⁶ Evitou-se utilizar a expressão “postos mais altos” pois os três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – não se sobrepõem uns em relação a outros. Assim, adotou-se também a denominação de opção “executiva” a estratégia de carreira que outros autores definem como opção progressiva.

“se a Câmara não é um locus que atrai os políticos mais eficientes, nem que estimule carreiras duradouras, onde esses políticos podem adquirir a experiência e o conhecimento necessários para se tornarem melhores servidores públicos, as chances do poder legislativo brasileiro de se tornar um ator central da formulação de políticas são desanimadoras. Por outro lado, se os políticos mais qualificados e ativos decidem ficar na Câmara, então sua influência nas decisões políticas tem melhores chances de aumentar” (Leoni, Pereira e Rennó 2003:46).

Complementando, a partir de estudos sobre o caso norte-americano:

“se tiverem a chance de escolher entre o posto atual e o de senador, sem custos adicionais, os deputados preferirão imediatamente a posição mais alta. [...] Portanto, é provável que os mais qualificados busquem cargos mais altos, mas isso não significa que somente os menos qualificados sejam forçados a buscar a reeleição” (Leoni, Pereira e Rennó 2003:50).

A fim de verificar a consistência prática de tais argumentos, Adla Bourdoukan (2005) afirma que existem duas maneiras de analisar carreiras políticas:

1. Estudo das elites, que enfatiza o recrutamento dos políticos (características como classe social de origem, grupo étnico, cultural, religioso, etc.). O objetivo de tais estudos é verificar o quanto a política é permeável à entrada de novos membros (Bourdoukan 2005);
2. Estudo de carreiras políticas como variáveis independentes, *“perguntando-se que características do sistema político podem ser melhor entendidas a partir dos objetivos dos políticos e das oportunidades e constrangimentos a que estão sujeitos no decorrer de suas carreiras”* (Bourdoukan 2005:11).

Durante sua pesquisa, Bourdoukan (2005) constatou que a ambição executiva pode ser mais atraente, devido à concentração de recursos públicos no Poder Executivo; assim,

diversos deputados buscam conquistar um cargo executivo ou participar da coalizão que controla o Poder Executivo.

No presente estudo, foi utilizado o segundo método de análise das carreiras políticas, a partir da análise sob a perspectiva de variável independente. No decorrer do trabalho, deve-se buscar analisar o fenômeno aplicável à carreira política dos deputados federais do estado de São Paulo: ambição executiva ou ambição estática (reeleição).

No que tange ao Poder Executivo, há outro aspecto bastante discutido por diversos autores: a possibilidade de proposição de leis, que deveria – na opinião de tais – ser papel exclusivo do Poder Legislativo.⁷ Pereira e Rennó (2007) ressaltam a dificuldade de consolidar uma teoria sobre sucesso eleitoral em um sistema onde existe “*uma extrema preponderância do executivo na arena legislativa*” (Pereira e Rennó 2007:664).

No entanto, o Poder Executivo deve ser incluído em análises de fatores que influenciam a reeleição dos deputados federais. Pereira e Rennó (2007) argumentam que, mesmo analisando-se características do Poder Legislativo, é importante analisar se, no ano da eleição, o então Presidente estava concorrendo à reeleição. Segundo os autores, sob tais circunstâncias, “*existe um maior impacto do Presidente nas chances de reeleição de deputados*” (Pereira e Rennó 2007:665), conforme busca-se analisar no presente estudo.

Por fim, o trabalho também visa analisar se políticos que apresentam maior empenho do trabalho legislativo são recompensados com reeleição – cabendo uma breve ponderação sobre o conceito de *accountability* vertical e o papel dos cidadãos.

Accountability vertical refere-se ao papel exercido pelos cidadãos, via eleições livres e justas, quanto à premiação ou punição dos políticos, atribuindo-lhes votos ou não (ou candidato que apóiem) nas eleições seguintes. O sistema não seria viável se não houvesse possibilidade de reeleição. A *accountability* vertical também pode ser incentivada por meio da mídia, ou seja, reivindicações sociais e denúncias de autoridades públicas, desde que o direito de livre expressão esteja garantido, como é o caso do Brasil a partir de 1988.

⁷ O sistema político brasileiro permite que o Presidente da República adote as chamadas Medidas Provisórias (MPs) em caso de “*relevância e urgência*” (Artigo 62 da Constituição Federal). As MPs são emitidas com força de lei e podem trancar a pauta das Casas do Congresso, caso não sejam apreciadas em um prazo de até quarenta e cinco dias contados de sua publicação. Na realidade, seria um sistema muito eficiente se as MPs fossem adotadas, de fato, somente em caso de relevância e urgência. Contudo, desde a promulgação da Constituição Federal, os presidentes já utilizaram o recurso diversas vezes como forma de acelerar algum processo, não necessariamente porque o caso era urgente. Ademais, o Poder Executivo também pode iniciar nova legislação, legislar exclusivamente em matérias orçamentárias e administrativas.

Metodologia

A partir do início do projeto, foi construída uma lista de variáveis de interesse para análise das estratégias de carreira dos parlamentares, com base nos referenciais teóricos (Anexo 1).

O Centro de Documentação e Informação (CDI) da Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação (CORPI) da Câmara dos Deputados disponibiliza, em meio eletrônico, as biografias dos deputados federais brasileiros que participaram de uma ou mais das legislaturas vigentes entre 1991 (49ª legislatura) e 2008 (53ª legislatura).

Cada biografia apresenta informações sobre 24 variáveis, a saber: (i) nome; (ii) partido (partido do deputado federal ao término da legislatura ou data atual); (iii) titularidade (titular ou suplente); (iv) situação (em exercício ou afastado); (v) data de nascimento; (vi) idade; (vii) local de nascimento; (viii) religião; (ix) legislaturas (legislaturas em que atuou na Câmara dos Deputados); (x) escolaridade; (xi) parentes consanguíneos, afins e legais; (xii) mandatos na Câmara dos Deputados (mandatos na Câmara dos Deputados); (xiii) data de posse (data da posse na Câmara dos Deputados, em cada mandato); (xiv) filiações partidárias (filiações partidárias); (xv) mandatos externos (outros mandatos exercidos fora da Câmara dos Deputados); (xvi) profissões (profissões exercidas); (xvii) atividades partidárias (atividades partidárias realizadas); (xviii) atividades sindicais, representativas de classe e associativas (atividades sindicais, representativas de classe e associativas realizadas); (xix) condecorações (condecorações recebidas); (xx) estudos e cursos diversos (escolaridade e outros cursos realizados); (xxi) missões oficiais (missões oficiais); (xxii) seminários e congressos (seminários, congressos e outros eventos); (xxiii) atividades parlamentares (atividades parlamentares que realizou ao longo da vida parlamentar nos corpos legislativos de atuação); e (xxiv) outras informações. A estrutura da ficha parlamentar é exemplificada a seguir (Quadro 1).

Quadro 1. Exemplo de ficha de coleta de dados da pesquisa.

<p>ALBERTO GOLDMAN (Alberto Goldman) PSDB-SP Titularidade: <u>Titular</u> / Situação: <u>Renúncia</u></p>
<p>Dados Básicos: Data de Nascimento: 12/10/1937 (71 anos) - Local de Nascimento: São Paulo, SP</p>
<p>Corrente Religiosa:</p>
<p>Legislaturas: 1979-1983, 1983-1987, 1991-1995, 1995-1999, 1999-2003 e 2003-2007.</p>
<p>Escolaridade: Superior</p>
<p>Parentes (Consangüíneos, afins e legais): Wolf Goldman, Pai. Dora Goldman, Mãe. Deuzeni Trisoglio, Cônjuge, 06/09/1951. Sara Goldman, Flávio Goldman, Filho(a). Paula Goldman, Filho(a). André Goldman, Filho(a). Marcelo Goldman, Filho(a). Cláudio Goldman, Filho(a).</p>
<p>Mandatos (na Câmara dos Deputados): Deputado Federal, 1979-1983, SP, MDB; Deputado Federal, 1983-1987, SP, PMDB; Deputado Federal (Congresso Revisor), 1991-1995, SP, PMDB; Deputado Federal, 1995-1999, SP, PMDB; Deputado Federal, 1999-2003, SP, PSDB. Dt. Posse: 01/02/1999; Deputado Federal, 2003-2007, SP, PSDB. Dt. Posse: 01/02/2003.</p>
<p>Filiações Partidárias: MDB, 1970-1979; PMDB, 1980-1985; PCB, 1985-1987; PMDB, 1987-1997; PSDB, 1997-.</p>
<p>Mandatos Externos: Deputado Estadual, SP, Partido: MDB, Período: 1971 a 1975. Deputado Estadual, SP, Partido: MDB, Período: 1975 a 1979.</p>
<p>Profissões: Engenheiro Civil</p>
<p>Atividades Partidárias: Vice-Líder do MDB, 1971-1973, 1974 e 1979; Líder do MDB, 1973 e 1975; Secretário-Geral, Diretório Regional do MDB, 1979; Secretário-Geral, 1980-1985, e Membro, 1989, Diretório Regional do PMDB, SP; Líder do PCB, 1985-1987; Vice-Líder do PSDB, 2003-2004; Primeiro-Vice-Líder do PSDB, 2004-2005; Líder do PSDB, 2005-2/2006; Vice-Líder do PSDB, 3/2/2003 -18/3/2004, 21/2/2006-31/12/2006.</p>
<p>Atividades Profissionais: Secretário de Coordenação de Programas do Estado de São Paulo, 1987-1988; Secretário da Administração do Estado de São Paulo, 1988-1990; Ministro de Estado dos Transportes, 1992-1993.</p>

(continua)

(continuação)

Estudos e Cursos Diversos:

Engenharia Civil, Escola Politécnica, USP, São Paulo, 1956-1960; Pós-Graduação em Ciências Sociais e Políticas, PUC, SP.

Missões Oficiais:

Membro da Comissão da Câmara dos Deputados em visita à URSS, 1984. Observador Parlamentar à L Sessão da AGNU, 1995. IV Conferência Internacional de Autoridades Federais e Estaduais, Jerusalém, 1995. Representante da Câmara dos Deputados: na V Conferência Internacional de Ministros e Membros de Parlamento de Origem Judaica, Jerusalém, Israel, 1998; em visita ao Reino Unido, a convite do Governo Britânico, 1998; e na VIII Reunião da Cúpula das Américas, Québec, Canadá, 2001.

Obras Publicadas:

GOLDMAN, Alberto. Caminhos de luta: peripécias de um político na democracia relativa. São Paulo: Núcleo de Divulgação Editorial, 1978. 242 p.

_____. Alberto Goldman nos tempos da Perestroika. São Paulo: Ed. Três, 1990. 86 p.

Atividades Parlamentares:

CÂMARAS MUNICIPAIS, ASSEMBLÉIAS LEGISLATIVAS E CÂMARA LEGISLATIVA DO DF: ALESP: Comissão de Finanças: Membro; CPI Invasão da PUC pela Polícia: Presidente; CPI Universidades Paulistas: Relator.

CONGRESSO NACIONAL: Comissão Mista Altera Dispositivo da Lei nº 8.031/90: Titular; Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização: Titular e Suplente-; Comissão Mista Exportação Indireta: Titular; Comissão Mista Normas para Outorga e Prorrogação das Concessões e Permissões de Serviços Públicos: Presidente e Titular; Comissão Mista Quadros de Cargos DAS da Advocacia-Geral da União, MF: Titular; Comissão Representativa do Congresso Nacional: Titular, 12/2005-2/2006.

CÂMARA DOS DEPUTADOS:

COMISSÕES PERMANENTES: Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática: Titular, 29/3/2006-19/4/2006, 24/4/2006-31/12/2006, e Suplente, 8/5/2003-15/2/2004, 23/3/2004-1º/3/2005; Constituição e Justiça e de Cidadania: Titular, 4/2006; Constituição e Justiça e de Redação: Titular e Suplente; Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias: Suplente; Economia, Indústria e Comércio: Segundo-Vice-Presidente e Titular; Suplente, 1980-1981; Membro, 1982-1983; Educação, Cultura e Desporto: Suplente; Finanças: Vice-Presidente, Membro, 1979, Suplente, 1983; Finanças e Tributação: Suplente; Fiscalização Financeira e Controle: Titular, - 3/2005 e Suplente; Minas e Energia: Titular e Suplente; Relações Exteriores e Defesa Nacional: Titular e Suplente, 3/2006-31/12/2006; Trabalho, Administração e Serviço Público: Suplente; Turismo e Desporto: Titular, 3/2005-3/2006; Viação e Transportes: Titular.

(continua)

(continuação)

COMISSÕES ESPECIAIS: ALCA - Área de Livre Comércio das Américas: Segundo-Vice-Presidente, 22/10/2003-31/12/2006 e Titular, 16/10/2003-31/12/2006; Atualização da Legislação Eleitoral e Partidária: Suplente; Crimes de Responsabilidade do Presidente da República: Suplente; Emendas do Senado Federal ao PL nº 634/75, Código Civil: Titular; PEC nº 407-G, Precatórios: Suplente; PEC nº 6/95, Monopólio do Petróleo: Presidente e Titular; PEC nº 33-H/95, Altera Sistema de Previdência Social, Substitutivo do Senado Federal: Titular; PEC nº 40/03, Reforma da Previdência: Terceiro-Vice-Presidente- e Titular-; PEC nº 175/95, Altera o Capítulo do Sistema Tributário Nacional: Titular e Suplente; PEC nº 179/99, Aposentadoria Compulsória: Titular; PEC nº 203/95, Propriedade de Empresas Jornalísticas e de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens: Suplente; PEC nº 227/04, Reforma da Previdência: Titular; PEC nº 308/96, Acumulação de Emprego Público: Titular; PEC nº 347/96, Sessão Legislativa: Titular-; PEC nº 474/01, Imposto Único Federal: Titular; PEC nº 627/98, Municípios: Titular; PEC nº 639/99, Proíbe Reeleição: Suplente; PL nº 824/91, Propriedade Industrial: Presidente; PL nº 1.210/95, Política Nacional do Petróleo: Presidente e Titular; PL nº 1.615/99, Transportes: Titular; PL nº 2.546/03, Parceria Público-Privada: Titular-; PL nº 2.648/96, Telecomunicações: Relator e Titular; PL nº 3.337/04, Agências Reguladoras: Titular, 11/5/2004-31/12/2006; PL nº 3.846/00, Agência Nacional de Aviação Civil: Presidente e Titular; PL nº 3.884/04, Contratos para Consórcios Públicos: Titular e Suplente-; PLP nº 8/99, Relação entre Entidades Públicas e Respektivas Entidades Fechadas de Previdência Complementar: Titular; Reforma do Regimento Interno da Câmara dos Deputados: Suplente; Reforma da Previdência: Titular - 31/12/2006; Sistema Previdenciário Brasileiro: Titular.

COMISSÕES EXTERNAS: Comemorações Yon Kipur, Comunidade Judaica: Titular; Conferência Mundial de Combate ao Racismo: Suplente.

CPI: Delfin/BNH: Relator; PROER: Relator e Titular.

CONSELHOS, FRENTES E GRUPOS PARLAMENTARES: Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica: Titular.

Licenças:

Licenciou-se do mandato de Deputado Federal na legislatura 1991-1995, para exercer o cargo de Ministro dos Transportes, de 19 de outubro de 1992 a 21 de dezembro de 1993.

Renúncias:

Renunciou ao mandato de Deputado Federal, na Legislatura 2003-2007, para assumir o cargo de Vice-Governador do Estado de São Paulo, em 31 de dezembro de 2006.

Outras Informações:

Presidente da Comissão de Reforma Administrativa do Governo do Estado de São Paulo, 1987-1990. Presidente da comissão que reestruturou o setor de energia elétrica, 1996.

Tais dados apresentam amplo potencial de contribuição ao estudo da ciência política no Brasil. Dado o formato de apresentação em texto, as informações raramente têm sido utilizadas como objeto de análise para estudos na área. Assim, uma das propostas da pesquisa inicial era organizar e analisar as informações referentes à trajetória política de cada deputado federal do período focalizado, apresentadas no banco de dados descrito.

O levantamento de dados teve início em janeiro de 2010, a partir das informações que já haviam sido encontradas. Do total de 1.700 deputados federais, foram preenchidas informações dos 225 deputados eleitos pelo estado de São Paulo (Anexo 2). É válido notar

que a ideia inicial seria preencher os dados para a totalidade dos deputados federais brasileiros, objetivo que se tornou inviável.

Outras fontes de informação também foram necessárias para complementação do banco de dados. A maioria das informações complementares foi obtida em meio eletrônico, nos seguintes *sites*: Tribunal Superior Eleitoral, Tribunais Regionais Eleitorais, Câmara dos Deputados, Senado Federal, entre outros. Além do levantamento de dados, buscou-se confirmar a veracidade das informações para cada indicador, via registro e checagem de informações em um livro de códigos contendo as diretrizes para busca e preenchimento do banco de dados.

Determinadas variáveis, referentes ao “*pork barrel*” (empenho do deputado na distribuição de recursos para suas bases eleitorais) foram eliminadas do livro de códigos, tendo em vista que só havia registro de dados de 2000 a 2009. Ademais, conforme David Samuels (2000), os deputados buscam distribuir recursos para, posteriormente, obter financiamento de campanha e, conseqüentemente, mais votos.⁸

Após a finalização do banco de dados, buscou-se delimitação do tema de análise para o presente trabalho. Uma simples observação das frequências estatísticas das variáveis bastou para notar-se que a ambição da maior parte dos deputados era manter-se no cargo. Ou seja, a opção “estática” mostrou-se consideravelmente mais relevante para análise do que as demais.

Assim, foram selecionadas determinadas variáveis que, de acordo com as hipóteses levantadas, poderiam influenciar no sucesso ou fracasso do deputado na tentativa de reeleição (Anexo 1).

Utilizou-se o programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 17, para realizar o cruzamento de dados, de forma a analisar as possíveis correlações entre variáveis de trabalho no Poder Legislativo e sucesso em reeleição.

⁸ “Although observers of Brazilian politics commonly hold that voters reward incumbents for ‘bringing home the bacon,’ I provide reasons to question the direct link between pork and electoral success as well as statistical evidence demonstrating the lack of such a link. This generates a puzzle: if pork barreling is ineffective, why do Brazilian deputies spend so much time seeking pork? The answer is that deputies do not trade pork for votes, they trade pork for money: pork-barrel success helps incumbents raise funds from private sector interests that profit from government contracts. In turn, politicians’ access to money, not pork, directly affects their electoral prospects” (Samuels 2002).

Resultados

Caracterização do contexto político

A importância de analisar carreiras políticas reside na possibilidade de explicitar alguns aspectos do sistema político brasileiro, assim como na percepção de que um Poder Legislativo forte e eficiente é um dos alicerces da estabilidade democrática, conforme argumentam Leoni *et al.* (2003). O sistema de *checks and balances* do sistema democrático é prejudicado sem instituições confiáveis. Portanto, tão importante quanto estudar estratégias de carreira é verificar a proporção de deputados que buscam reeleição, partindo-se do pressuposto que tal escolha indica que a Câmara de Deputados é, realmente, uma instituição forte.

Dos 225 parlamentares paulistas cadastrados no banco de dados, 77 disputaram algum cargo diferente de deputado federal enquanto ainda pertenciam à Câmara dos Deputados (Tabela 1). Deve-se observar, no entanto, que foi considerada a totalidade dos parlamentares que estiveram em algum momento na Câmara durante a legislatura, independentemente do período de exercício de mandato.

Tabela 1. Deputados federais do estado de São Paulo que disputaram eleições municipais, segundo legislatura. Brasil, 1992-2008.

Legislatura		Cargo disputado				Total
		Nenhum	Vereador	Vice-Prefeito	Prefeito	
49 ^a . (1992)	<i>Total</i>	63	-	1	15	79 deputados
	Sucesso	-	-	1	5	
	Fracasso	-	-	-	10	
50 ^a . (1996)	<i>Total</i>	60	1	1	17	79 deputados
	Sucesso	-	1	1	3	
	Fracasso	-	-	-	14	
51 ^a . (2000)	<i>Total</i>	67	1	-	16	84 deputados
	Sucesso	-	1	-	6	
	Fracasso	-	-	-	10	
52 ^a . (2004)	<i>Total</i>	69	3	-	12	84 deputados
	Sucesso	-	2	-	2	
	Fracasso	-	1	-	10	
53 ^a . (2008)	<i>Total</i>	68	-	-	8	76 deputados
	Sucesso	-	-	-	2	
	Fracasso	-	-	-	6	

Cerca de 17% dos deputados federais atuantes no período compreendido entre 1992 e 2008 candidataram-se a prefeito. É possível analisar o fenômeno a partir do argumento de Adla Bourdoukan (2005), que posiciona a ambição executiva como foco principal dos deputados federais.

Outros fatores também devem ser considerados como, por exemplo, a possibilidade do deputado federal, caso seja eleito prefeito, residir na cidade de origem – situação que não é possível a um deputado federal. Entretanto, é uma hipótese que não foi testada no presente trabalho.

A seguir, buscou-se analisar os resultados de eleições para cargos de nível federal e estadual (Tabela 2), que inclui informações sobre reeleição. Na maioria dos casos, os deputados federais buscam a reeleição no lugar de buscar outros cargos.

É importante observar que o número de deputados federais que foram candidatos à reeleição é superior ao número de deputados federais que foram candidatos a prefeito, indicando uma provável tendência à ambição pela reeleição por parte dos deputados federais (Anexo 3).

Tal aspecto não se resume a uma possível preferência do candidato, mas refere-se a uma conjuntura de fatores, entre os quais é possível destacar: as preferências do partido, as perspectivas de sucesso em uma possível disputa futura, entre outras.

Cabe retomar o argumento de Samuels (2000), que indica no Brasil uma tendência de que deputados considerados “fracos” (menor potencial de sucesso eleitoral) concorram à reeleição para cargo de deputado federal (opção estática) ou mesmo deputado estadual (opção regressiva). Por outro lado, deputados de maior potencial eleitoral, em geral, concorrem a postos mais altos, como, por exemplo, senador ou governador. Samuels (2000) destaca a alta taxa de rotatividade na Câmara dos Deputados como decorrência da ambição executiva.

Leoni *et al.* (2003) contra-argumentam afirmando que “*é provável que os mais qualificados busquem cargos mais altos, mas isso não significa que somente os menos qualificados sejam forçados a buscar a reeleição*” (Leoni *et al.* 2003:50). A partir de tal argumento, foi dada prioridade à análise da opção estática, que apresentou maior adesão dos deputados federais paulistas do que as demais opções políticas enumeradas.

Tabela 2. Distribuição da escolha de evolução na carreira política de deputados federais do estado de São Paulo, segundo legislatura. Brasil, 1994-2010.

Legislatura	Cargo Disputado						
	Nenhum	Deputado Estadual	Governador	Deputado Federal (Reeleição)	Senador	Total	
<i>Total</i>	18 22,8%	3 3,8%	1 1,3%	56 70,9%	1 1,3%	79 100,0%	
49 ^a . (1994)	Sucesso	n/a	0	0	32	1	33
		n/a	0,0%	0,0%	57,14%	100,0%	41,8%
	Fracasso	n/a	3	1	24	0	28
		n/a	100,0%	100,0%	42,86%	0,0%	35,4%
<i>Total</i>	12 15,2%	2 2,5%	1 1,3%	63 79,7%	1 1,3%	79 100,0%	
50 ^a . (1998)	Sucesso	n/a	2	0	38	0	40
		n/a	100,0%	0,0%	60,32%	0,0%	50,6%
	Fracasso	n/a	0	1	25	1	27
		n/a	0,0%	100,0%	39,68%	100,0%	34,2%
<i>Total</i>	15 17,9%	3 3,6%	2 2,4%	61 72,6%	3 3,6%	84 100,0%	
51 ^a . (2002)	Sucesso	n/a	1	0	41	1	43
		n/a	33,3%	0,0%	67,21%	33,3%	51,2%
	Fracasso	n/a	2	2	20	2	26
		n/a	66,7%	100,0%	32,79%	66,7%	31,0%
<i>Total</i>	19 22,4%	2 2,4%	n/a n/a	64 75,3%	n/a n/a	85 100,0%	
52 ^a . (2006)	Sucesso	n/a	1	n/a	33	n/a	34
		n/a	50,0%	n/a	51,56%	n/a	40,0%
	Fracasso	n/a	1	n/a	31	n/a	32
		n/a	50,0%	n/a	48,44%	n/a	37,7%
<i>Total</i>	12 16,0%	0 0,0%	1 1,3%	62 82,7%	n/a n/a	75 100,0%	
53 ^a . (2010)	Sucesso	n/a	n/a	n/a	40	n/a	40
		n/a	n/a	n/a	64,5%	n/a	53,3%
	Fracasso	n/a	n/a	1	22	n/a	23
		n/a	n/a	100,0%	35,5%	n/a	30,7%

Um aspecto relevante à análise é a composição dos partidos ao início de cada legislatura. A seguir, apresenta-se a composição de partidos nas cinco legislaturas analisadas da Câmara dos Deputados (Tabela 3). É importante observar que os partidos apresentados

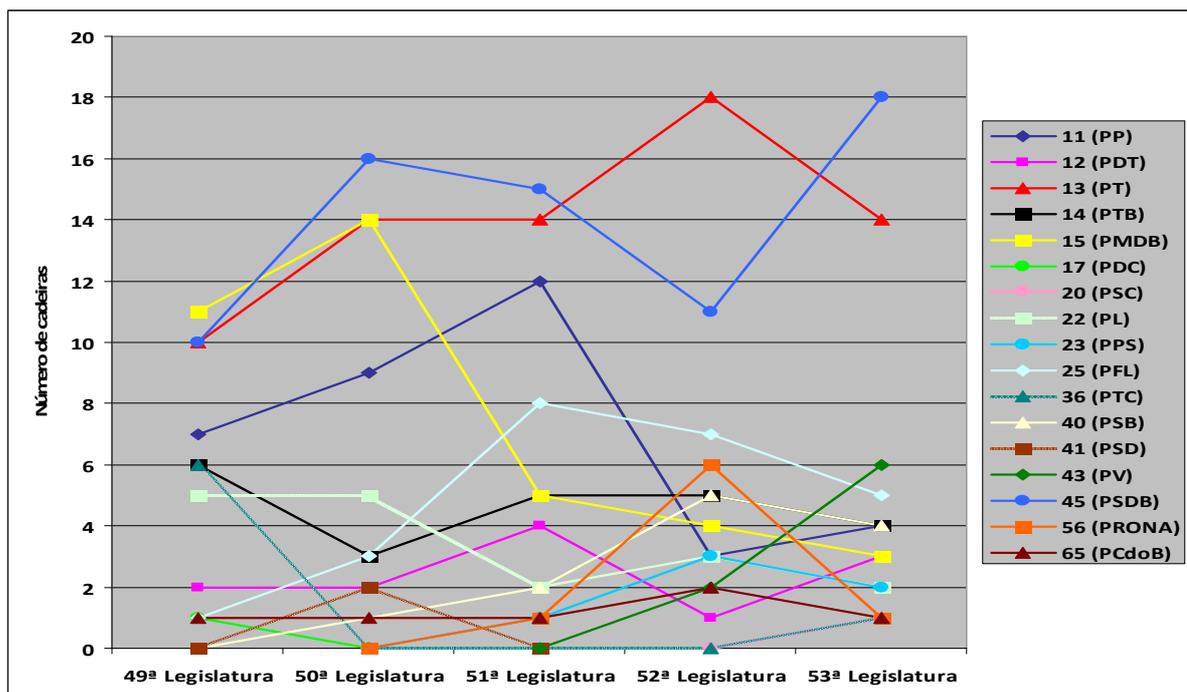
referem-se ao registro na base de dados em 2008, desconsiderando eventuais mudanças de legenda.

Tabela 3. Composição típica dos partidos na representação do estado de São Paulo na Câmara dos Deputados da 49ª. à 51ª. legislatura. Brasil, 1991-2008.

Partido		Titulares	Suplentes	Branco	Total
Número	Legenda				
11	PP	17	1	11	29
12	PDT	6	-	1	7
13	PT	33	3	2	38
14	PTB	15	1	-	16
15	PMDB	16	4	6	26
22	PR	9	-	1	10
23	PPS	6	1	-	7
25	DEM	15	3	-	18
40	PSB	8	1	-	9
43	PV	6	2	-	8
45	PSDB	34	4	4	42
	Outros	11	1	2	14

Verifica-se que existe uma significativa variação no número de cadeiras ocupadas pelos partidos ao início de cada legislatura (Figura 1).

Figura 1. Composição da representação partidária do estado de São Paulo na Câmara dos Deputados, segundo legislatura. Brasil, 1994-2010.



A composição partidária ao início de cada legislatura não considera a denominada infidelidade partidária. A análise de comportamentos de fidelidade partidária é realizada a partir de dados de mudança de partido após as eleições (Tabela 4).

Tabela 4. Fidelidade partidária dos deputados federais do estado de São Paulo da 49^a. à 52^a. legislatura. Brasil, 1992-2008.

	49 ^a . Legislatura	50 ^a . Legislatura	51 ^a . Legislatura	52 ^a . Legislatura
Deputados que estiveram na Câmara	79	79	84	84
Deputados que trocaram de partido uma vez	9	22	18	13
Deputados que trocaram de partido duas vezes	4	2	1	3
Deputados que trocaram de partido três vezes	0	0	1	1
Percentual de deputados com, no mínimo, uma troca de partido durante a legislatura	16,5%	30,4%	23,8%	20,2%

A 53^a legislatura não foi incluída na análise devido-se à decisão do Supremo Tribunal Federal de 04 de outubro de 2007, que determinou que o mandato de cada deputado pertence ao partido, não ao parlamentar eleito (Assis 2011). Antes da decisão judicial, observa-se que a infidelidade partidária era uma prática bastante comum entre deputados eleitos pelo estado de São Paulo, alcançando quase um terço dos deputados eleitos na 50^a legislatura.

Outro aspecto de interesse à carreira política dos deputados refere-se às características pessoais de cada parlamentar. Foram selecionadas a profissão e o nível de escolaridade dos deputados para análise no presente estudo, tendo em vista as discussões de senso comum acerca da influência das mesmas sobre o resultado das eleições (Tabelas 5 e 6).

Há significativa prevalência de deputados com profissões de maior prestígio social, especialmente advogado(a), professor(a) universitário(a), empresário(a), médico(a) e engenheiro(a). Ainda não há evidências, em estudos acadêmicos, quanto à correlação entre a profissão do candidato e as preferências do eleitorado. Contudo, diversos autores citam uma característica aparentemente atemporal dos eleitores: a preferência por votar em um indivíduo que apresente características de superioridade ao próprio eleitor.

Michel Foucault (1979) argumenta que há tendência à manutenção dos detentores do poder, pois o poder é parte dos processos sociais, mesmo de forma imperceptível. A carreira

em direito, por exemplo, serve como mecanismo para legitimar o poder e, conseqüentemente, a subordinação:

“Afirmar que a soberania é o problema central do direito nas sociedades ocidentais implica, no fundo, dizer que o discurso e a técnica do direito tiveram basicamente a função de dissolver o fato da dominação dentro do poder para, em seu lugar, fazer aparecer duas coisas: por um lado, os direitos legítimos da soberania e, por outro, a obrigação legal da obediência.” (Foucault 1979:181).

A maior parte dos deputados federais pelo estado de São Paulo possui relação profissional na área do direito, tendo-se declarado: advogado(a), bacharel, procurador(a), promotor(a) de justiça ou juiz(a) (Tabela 5).

Tabela 5. Profissões declaradas pelos deputados federais do estado de São Paulo da 49^a. à 53^a. legislatura. Brasil, 1994-2010.

Categorias de Profissões	Deputados
Advogado, Bacharel em Direito, Procurador, Promotor de Justiça, Juiz	85
Professor de Ensino Fundamental, Médio e/ou Superior	63
Empresário, Administrador de Empresas	62
Médico	29
Engenheiro	26
Jornalista, Radialista, Apresentador de Televisão	24
Economista	15
Agricultor, Pecuárta, Agropecuarista	13
Metalúrgico, Ferramenteiro, Técnico em Eletrônica	09
Pastor, Bispo, Teólogo	06
Contabilista	06
Servidor, Administrador Público	05
Outros	39

A predominância de deputados com nível de escolaridade superior reforça a ideia anteriormente exposta: aparentemente, o eleitor busca votar em indivíduos com perfil semelhante ao seu próprio (Tabela 6).

Tabela 6. Distribuição dos deputados federais do estado de São Paulo de acordo com nível de escolaridade. Brasil, 1994-2010.

Nível de Escolaridade do Candidato	Frequência	Percentual
Primário	3	1,30%
Secundário	8	3,60%
Superior Incompleto	5	2,20%
Superior	204	90,70%
Não consta ou não declarada	5	2,20%
<i>Total</i>	<i>225</i>	<i>100%</i>

Vale ressaltar que, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), apenas 736.829 indivíduos concluíram o ensino superior no ano de 2007, embora mais de 4 milhões de indivíduos efetuaram matrícula em algum curso de nível superior no mesmo período,⁹ o que ressalta o diploma de nível superior como privilégio de minorias no país.

A partir da contextualização quanto ao perfil dos deputados eleitos pelo estado de São Paulo, buscou-se delinear, em seguida, características do trabalho realizado durante sua permanência no cargo, de forma a verificar outras fontes de influência para reeleição.

⁹ Fonte: <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/evolucao-1980-a-2007>.

A importância do partido e Poder Executivo no resultado da eleição

Na presente seção, os dados analisados referem-se somente aos deputados federais que buscaram reeleição, ou seja, deputados que adotaram outra estratégia de carreira não foram contabilizados.

Em primeiro lugar, buscou-se analisar a atuação do deputado federal paulista no apoio ao governo, a partir do percentual de votos favoráveis às propostas do Executivo no plenário da Câmara dos Deputados em cada legislatura (Tabela 7). Aparentemente, não há uma clara correlação entre o apoio ao governo e o sucesso na reeleição. Ao contrário da hipótese inicialmente proposta, votar favoravelmente às propostas do Poder Executivo não parece ser um fator de influência sobre a chance de reeleição. É possível que o apoio político seja mais visível por meio de coalizões entre partidos do que por votação em plenário.

Tabela 7. Distribuição dos deputados federais do estado de São Paulo de acordo com apoio ao governo, segundo legislatura. Brasil, 1994-2010.

Legislatura	Resultado		Percentual de votos favoráveis às propostas do Executivo no plenário da Câmara			Total
			15-49%	50-74%	> 75%	
49 ^a	Foi eleito em 1994?	Não	4	8	11	23
		Sim	5	14	13	32
		<i>Total</i>	9	22	24	55
50 ^a	Foi eleito em 1998?	Não	3	5	17	25
		Sim	13	1	25	39
		<i>Total</i>	16	6	42	64
51 ^a	Foi eleito em 2002?	Não	4	1	15	20
		Sim	17	3	21	41
		<i>Total</i>	21	4	36	61
52 ^a	Foi eleito em 2006?	Não	2	3	26	31
		Sim	3	10	18	31
		<i>Total</i>	5	13	44	62
53 ^a	Foi eleito em 2010?	Não	8	2	11	21
		Sim	13	2	23	38
		<i>Total</i>	21	4	34	59

Obs.: É importante observar que os dados referentes à 53^a Legislatura abarcam somente os anos de 2007 e 2008.

Em segundo lugar, portanto, buscou-se analisar a relação entre a possibilidade de reeleição e a participação do partido do deputado na base ou coligação do governo (Tabela 8). Analisando-se o cenário de base do governo (Tabela 8) em conjunção com dados de

composição de partidos na Câmara dos Deputados (Figura 1) é possível visualizar o perfil do eleitor paulista.

Tabela 8. Distribuição dos deputados federais do estado de São Paulo de acordo com participação do partido na base do governo e/ou coligação, segundo legislatura. Brasil, 1994-2008.

49ª Legislatura		Partido da base de Itamar na eleição para deputado federal em 1994		Partido da coligação de FHC na eleição de 1994	
		Não	Sim	Não	Sim
Foi eleito em 1994?	Não	9	15	21	3
	Sim	10	22	24	8
	<i>Total</i>	<i>19</i>	<i>37</i>	<i>45</i>	<i>11</i>
50ª Legislatura		Partido da base de FHC na eleição para deputado federal em 1998		Partido da coligação de FHC na eleição de 1998	
		Não	Sim	Não	Sim
Foi eleito em 1998?	Não	4	21	3	22
	Sim	11	28	11	28
	<i>Total</i>	<i>15</i>	<i>49</i>	<i>14</i>	<i>50</i>
51ª Legislatura		Partido da base de FHC na eleição para deputado federal em 2002		Partido da coligação de Lula na eleição de 2002	
		Não	Sim	Não	Sim
Foi eleito em 2002?	Não	11	9	19	1
	Sim	27	14	26	15
	<i>Total</i>	<i>38</i>	<i>23</i>	<i>45</i>	<i>16</i>
52ª Legislatura		Partido da base de Lula na eleição para deputado federal em 2006		Partido da coligação de Lula na eleição de 2006	
		Não	Sim	Não	Sim
Foi eleito em 2006?	Não	6	25	20	11
	Sim	15	18	25	8
	<i>Total</i>	<i>21</i>	<i>43</i>	<i>45</i>	<i>19</i>

Conforme constatação de Pereira e Rennó (2007), “*sistemas políticos caracterizados por uma grande preponderância institucional e política do executivo nas atividades legislativas tendem a ter uma influência direta no sucesso eleitoral dos parlamentares*” (Pereira e Rennó 2007:670).

Nota-se clara tendência do eleitor paulista pela votação majoritariamente em dois partidos (PT e PSDB), principalmente a partir da 51ª legislatura. Curiosamente, o maior número de cadeiras ocupadas pelo PT na Câmara dos Deputados ocorreu no ano de 2002, concomitantemente à eleição do presidente Lula, mas não no ano de 2006, quando o presidente foi reeleito.

Há uma contraposição ao efeito denominado “*presidential coattails effect*” por Pereira e Rennó (2007), que inicialmente constataram que o presidente em reeleição atrai votos aos

candidatos que o apóiam. Possivelmente, o efeito destacado pelos autores seja passível de observação em análises que incluam a totalidade dos deputados da Câmara.

O presente trabalho inclui somente deputados paulistas, assim, nota-se um efeito foi diferente. Vale lembrar, ainda, que há duas décadas os eleitores do estado de São Paulo votam consistentemente em governadores do mesmo partido, portanto, há um perfil de votação diferenciado em relação aos demais estados. Os desdobramentos da análise de âmbito nacional, especialmente incluindo diversas legislaturas, podem resultar em cenários detalhados do comportamento eleitoral e carreiras políticas segundo características regionais e locais bastante diferenciadas.

A influência do trabalho do deputado na Câmara

Outro aspecto de importância no âmbito da carreira política dos deputados federais seria sua atuação e empenho no trabalho da Câmara dos Deputados. Um dos indicadores que poderia ser analisado quanto à atuação e empenho dos deputados seria a aprovação de normas jurídicas de sua autoria, que poderiam gerar maior visibilidade e resultar em maior chance de alcançar a reeleição.

Contudo, pouquíssimas proposições legislativas foram efetivamente transformadas em lei em cada legislatura (Tabela 9), o que impede uma análise mais profunda do indicador. Entre 1991 e 2008 somente 38 normas jurídicas foram aprovadas por iniciativa de deputados federais paulistas que tentaram a reeleição ao final do período. Do total de proposições, 23 foram iniciativas de deputados que obtiveram reeleição, enquanto 15 não conseguiram.

Tabela 9. Distribuição dos deputados federais do estado de São Paulo de acordo com número de proposições transformadas em normas jurídicas, segundo legislatura. Brasil, 1994-2010.

Legislatura	Resultado		Número de proposições legislativas apresentadas pelo deputado e transformadas em norma jurídica				
			0	1	2	3	Total
49 ^a	Foi eleito em 1994?	Não	23	1	0	0	24
		Sim	30	2	0	0	32
		<i>Total</i>	53	3	0	0	56
50 ^a	Foi eleito em 1998?	Não	25	0	0	0	25
		Sim	31	6	0	1	38
		<i>Total</i>	56	6	0	1	63
51 ^a	Foi eleito em 2002?	Não	17	3	0	0	20
		Sim	35	5	0	0	40
		<i>Total</i>	52	8	0	0	60
52 ^a	Foi eleito em 2006?	Não	25	4	1	0	30
		Sim	31	0	2	0	33
		<i>Total</i>	56	4	3	0	63
53 ^a	Foi eleito em 2010?	Não	17	5	0	0	22
		Sim	38	1	1	0	40
		<i>Total</i>	55	6	1	0	62

Outra questão analisada foi uma possível relação negativa entre o número de ausências em votações de plenário e o sucesso na tentativa de reeleição, ou seja, deputados com menor número de faltas teriam maior possibilidade de sucesso. No entanto, não houve uma associação direta entre as variáveis (Tabela 10).

Proporcionalmente, parece não ocorrer diferença no resultado final se há maior ou menor número de ausências nas votações de plenário. Deve-se destacar que nem sempre a questão da ausência em votações atinge visibilidade na mídia.

Tabela 10. Distribuição dos deputados federais do estado de São Paulo de acordo com proporção de ausências em votações de plenário, segundo legislatura. Brasil, 1994-2010.

Legislatura	Resultado	Proporção de ausências em votações de plenário				
		0-29%	30-64%	> 65%	Total	
49 ^a	Foi eleito em 1994?	Não	10	13	1	24
		Sim	9	21	2	32
		<i>Total</i>	<i>19</i>	<i>34</i>	<i>3</i>	<i>56</i>
50 ^a	Foi eleito em 1998?	Não	19	6	0	25
		Sim	31	8	0	39
		<i>Total</i>	<i>50</i>	<i>14</i>	<i>0</i>	<i>64</i>
51 ^a	Foi eleito em 2002?	Não	17	3	0	20
		Sim	32	9	0	41
		<i>Total</i>	<i>49</i>	<i>12</i>	<i>0</i>	<i>61</i>
52 ^a	Foi eleito em 2006?	Não	17	12	2	31
		Sim	20	9	2	31
		<i>Total</i>	<i>37</i>	<i>21</i>	<i>4</i>	<i>62</i>
53 ^a	Foi eleito em 2010?	Não	11	10	1	22
		Sim	16	23	0	39
		<i>Total</i>	<i>27</i>	<i>33</i>	<i>1</i>	<i>61</i>

O papel dos cargos na Câmara e a questão da visibilidade

Finalmente, um último conjunto de variáveis analisado refere-se à ocupação de cargos importantes da Câmara dos Deputados (presidente e vice-presidente de comissões) ou dos partidos políticos pelo deputado federal. Parte-se do pressuposto que o acesso a tais cargos é sinal de proeminência do deputado federal em questão, resultando em maior visibilidade frente à população.

No caso de cargos nos próprios partidos, sendo um número relativamente limitado de posições, nota-se que poucos deputados federais ocuparam cargos partidários de relevância (Tabela 11). No entanto, é possível observar que, contabilizando-se as cinco legislaturas, há 27 deputados que ocuparam os cargos elencados e obtiveram sucesso na reeleição, enquanto somente 11 não foram reeleitos. Ou seja, entre os deputados que foram reeleitos, 14,67% haviam ocupado um dos cargos partidários em questão.

Tabela 11. Distribuição dos deputados federais do estado de São Paulo de acordo com realização de atividades partidárias, segundo legislatura. Brasil, 1994-2010.

Legislatura	Resultado	Atividades partidárias realizadas na legislatura por tipo de cargo											Total
		Nenhum dos cargos	Presidente do partido			Vice-Presidente do partido			Secretário-geral do partido				
			Nacional	Estadual	Municipal	Nacional	Estadual	Municipal	Nacional	Estadual	Municipal		
49 ^a	Foi eleito em 1994?	Não	22	-	-	1	-	-	1	-	-	-	24
		Sim	27	1	1	-	2	1	-	-	-	-	32
		<i>Total</i>	<i>49</i>	<i>1</i>	<i>1</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>1</i>	<i>1</i>	-	-	-	<i>56</i>
50 ^a	Foi eleito em 1998?	Não	20	1	1	1	1	1	-	-	-	-	25
		Sim	33	1	1	-	2	1	-	-	1	-	39
		<i>Total</i>	<i>53</i>	<i>2</i>	<i>2</i>	<i>1</i>	<i>3</i>	<i>2</i>	-	-	<i>1</i>	-	<i>64</i>
51 ^a	Foi eleito em 2002?	Não	18	-	1	1	-	-	-	-	-	-	20
		Sim	32	3	1	2	2	-	-	-	-	-	40
		<i>Total</i>	<i>50</i>	<i>3</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>2</i>	-	-	-	-	-	<i>60</i>
52 ^a	Foi eleito em 2006?	Não	29	-	1	-	-	-	-	1	-	-	31
		Sim	28	2	1	2	-	-	-	-	-	-	33
		<i>Total</i>	<i>57</i>	<i>2</i>	<i>2</i>	<i>2</i>	-	-	-	<i>1</i>	-	-	<i>64</i>
53 ^a	Foi eleito em 2010?	Não	22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22
		Sim	39	1	1	-	1	-	-	-	-	-	40
		<i>Total</i>	<i>59</i>	<i>1</i>	<i>1</i>	-	<i>1</i>	-	-	-	-	-	<i>62</i>

Em seguida, são analisados os diversos cargos passíveis de ocupação pelos deputados federais no âmbito da Câmara dos Deputados que podem promover alta visibilidade no trabalho legislativo. No caso do cargo de líder da bancada, por exemplo, a maioria dos deputados federais paulistas que ocuparam o cargo obteve sucesso na tentativa de reeleição: 22 deputados federais paulistas que ocuparam o cargo foram reeleitos, enquanto somente seis deputados que ocuparam o cargo fracassaram na tentativa de reeleição (Tabela 12).

Tabela 12. Distribuição dos deputados federais do estado de São Paulo de acordo com ocupação de cargos (líder da bancada), segundo legislatura. Brasil, 1994-2010.

Legislatura	Resultado	Cargo de líder da bancada do partido na Câmara			
		Não	Sim	Total	
49 ^a	Foi eleito em 1994?	Não	24	0	24
		Sim	26	6	32
		<i>Total</i>	<i>50</i>	<i>6</i>	<i>56</i>
50 ^a	Foi eleito em 1998?	Não	23	2	25
		Sim	34	5	39
		<i>Total</i>	<i>57</i>	<i>7</i>	<i>64</i>
51 ^a	Foi eleito em 2002?	Não	20	0	20
		Sim	37	4	41
		<i>Total</i>	<i>57</i>	<i>4</i>	<i>61</i>
52 ^a	Foi eleito em 2006?	Não	29	2	31
		Sim	27	6	33
		<i>Total</i>	<i>56</i>	<i>8</i>	<i>64</i>
53 ^a	Foi eleito em 2010?	Não	20	2	22
		Sim	39	1	40
		<i>Total</i>	<i>59</i>	<i>3</i>	<i>62</i>

No caso do cargo de líder do governo na Câmara de Deputados, a análise torna-se mais complexa, tendo em vista o reduzido número de deputados que ocuparam o referido cargo (Tabela 13). No período analisado, somente cinco deputados federais paulistas ocuparam o cargo de líder do governo, sendo quatro reeleitos.

Tabela 13. Distribuição dos deputados federais do estado de São Paulo de acordo com ocupação de cargos (líder do governo), segundo legislatura. Brasil, 1994-2010.

Legislatura	Resultado	Cargo de líder do governo na Câmara			
		Não	Sim	Total	
49 ^a	Foi eleito em 1994?	Não	24	0	24
		Sim	31	1	32
	<i>Total</i>		55	1	56
50 ^a	Foi eleito em 1998?	Não	25	0	25
		Sim	38	1	39
	<i>Total</i>		63	1	64
51 ^a	Foi eleito em 2002?	Não	20	0	20
		Sim	41	0	41
	<i>Total</i>		61	0	61
52 ^a	Foi eleito em 2006?	Não	30	1	31
		Sim	31	2	33
	<i>Total</i>		61	3	64
53 ^a	Foi eleito em 2010?	Não	22	0	22
		Sim	40	0	40
	<i>Total</i>		62	0	62

No caso dos cargos de líder da maioria e líder da minoria na Câmara dos Deputados, registra-se que nenhum dos deputados que buscaram reeleição ocupou os referidos cargos durante as cinco legislaturas analisadas (Tabela 14).

Tabela 14. Distribuição dos deputados federais do estado de São Paulo de acordo com ocupação de cargos (líder da maioria / minoria), segundo legislatura. Brasil, 1994-2010.

Legislatura	Resultado	Cargo de líder da maioria ou minoria na Câmara				
		Não	Maioria	Minoria	Total	
49 ^a	Foi eleito em 1994?	Não	24	0	0	24
		Sim	32	0	0	32
	<i>Total</i>		56	0	0	56
50 ^a	Foi eleito em 1998?	Não	25	0	0	25
		Sim	39	0	0	39
	<i>Total</i>		64	0	0	64
51 ^a	Foi eleito em 2002?	Não	20	0	0	20
		Sim	41	0	0	41
	<i>Total</i>		61	0	0	61
52 ^a	Foi eleito em 2006?	Não	31	0	0	31
		Sim	33	0	0	33
	<i>Total</i>		64	0	0	64
53 ^a	Foi eleito em 2010?	Não	22	0	0	22
		Sim	40	0	0	40
	<i>Total</i>		62	0	0	62

A relação entre reeleição e passagem pelo cargo de líder de bloco parlamentar demonstra que, em dez casos, o parlamentar que ocupou o cargo obteve sucesso na reeleição; sendo que não houve nenhum caso de deputado que tenha ocupado o cargo sem alcançar reeleição (Tabela 15).

Tabela 15. Distribuição dos deputados federais do estado de São Paulo de acordo com ocupação de cargos (líder do bloco parlamentar), segundo legislatura. Brasil, 1994-2010.

Legislatura	Resultado	Cargo de líder de bloco parlamentar na Câmara			
		Não	Sim	Total	
49 ^a	Foi eleito em 1994?	Não	24	0	24
		Sim	32	0	32
		<i>Total</i>	<i>56</i>	<i>0</i>	<i>56</i>
50 ^a	Foi eleito em 1998?	Não	25	0	25
		Sim	36	3	39
		<i>Total</i>	<i>61</i>	<i>3</i>	<i>64</i>
51 ^a	Foi eleito em 2002?	Não	20	0	20
		Sim	37	4	41
		<i>Total</i>	<i>57</i>	<i>4</i>	<i>61</i>
52 ^a	Foi eleito em 2006?	Não	31	0	31
		Sim	32	1	33
		<i>Total</i>	<i>63</i>	<i>1</i>	<i>64</i>
53 ^a	Foi eleito em 2010?	Não	22	0	22
		Sim	38	2	40
		<i>Total</i>	<i>60</i>	<i>2</i>	<i>62</i>

Por outro lado, no caso das Comissões Permanentes, há diversos casos que permitem uma análise mais meticulosa de ligação com a carreira parlamentar.

Proporcionalmente, pouco mais da metade dos casos de deputados que ocuparam cargo de presidente ou vice presidente de comissão permanente resultou em reeleição; o que não permite conclusão definitiva sobre a influência do cargo sobre reeleição (Tabela 16).

Tabela 16. Distribuição dos deputados federais do estado de São Paulo de acordo com ocupação de cargos (membro de comissão permanente), segundo legislatura. Brasil, 1994-2010.

Legislatura	Resultado	Cargo de presidente ou vice presidente em alguma Comissão Permanente da Câmara			
		Não	Sim	Total	
49 ^a	Foi eleito em 1994?	Não	19	5	24
		Sim	22	10	32
		<i>Total</i>	<i>41</i>	<i>15</i>	<i>56</i>
50 ^a	Foi eleito em 1998?	Não	16	9	25
		Sim	16	23	39
		<i>Total</i>	<i>32</i>	<i>32</i>	<i>64</i>
51 ^a	Foi eleito em 2002?	Não	9	11	20
		Sim	24	17	41
		<i>Total</i>	<i>33</i>	<i>28</i>	<i>61</i>
52 ^a	Foi eleito em 2006?	Não	22	9	31
		Sim	23	10	33
		<i>Total</i>	<i>45</i>	<i>19</i>	<i>64</i>
53 ^a	Foi eleito em 2010?	Não	16	6	22
		Sim	33	7	40
		<i>Total</i>	<i>49</i>	<i>13</i>	<i>62</i>

Os cargos de membros da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização referem-se uma comissão integrada por membros das duas Casas Legislativas, sendo particularmente importante na tomada de decisões no Congresso Nacional. Sendo assim, seus membros obtêm maior visibilidade do que membros de Comissões Permanentes (Tabela 17).

Registraram-se poucos casos de deputados federais paulistas que ocuparam tais posições. Entretanto, é importante ressaltar que os deputados ocupantes do cargo de presidente ou vice presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização foram bem sucedidos em suas tentativas de reeleição.

Tabela 17. Distribuição dos deputados federais do estado de São Paulo de acordo com ocupação de cargos (membro de Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização), segundo legislatura. Brasil, 1994-2010.

Legislatura	Resultados	Cargos na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização				
		Não	Presidente	Vice- Presidente	Total	
49 ^a	Foi eleito em 1994?	Não	24	0	0	24
		Sim	32	0	0	32
		<i>Total</i>	<i>56</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>56</i>
50 ^a	Foi eleito em 1998?	Não	25	0	0	25
		Sim	38	0	1	39
		<i>Total</i>	<i>63</i>	<i>0</i>	<i>1</i>	<i>64</i>
51 ^a	Foi eleito em 2002?	Não	20	0	0	20
		Sim	40	1	0	41
		<i>Total</i>	<i>60</i>	<i>1</i>	<i>0</i>	<i>61</i>
52 ^a	Foi eleito em 2006?	Não	31	0	0	31
		Sim	32	0	1	33
		<i>Total</i>	<i>63</i>	<i>0</i>	<i>1</i>	<i>64</i>
53 ^a	Foi eleito em 2010?	Não	22	0	0	22
		Sim	40	0	0	40
		<i>Total</i>	<i>62</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>62</i>

No caso das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), observa-se que 9,7% dos deputados foram reeleitos após ocupar o cargo de presidente ou vice presidente; enquanto 5,7% não alcançaram a reeleição (Tabela 18).

Tabela 18. Distribuição dos deputados federais do estado de São Paulo de acordo com ocupação de cargos (membro de CPI), segundo legislatura. Brasil, 1994-2010.

Legislatura	Resultado	Cargos em Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara				
		Não	Presidente	Vice- Presidente	Total	
49 ^a	Foi eleito em 1994?	Não	21	2	1	24
		Sim	29	0	3	32
		<i>Total</i>	<i>50</i>	<i>2</i>	<i>4</i>	<i>56</i>
50 ^a	Foi eleito em 1998?	Não	23	1	1	25
		Sim	38	0	1	39
		<i>Total</i>	<i>61</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>64</i>
51 ^a	Foi eleito em 2002?	Não	19	0	1	20
		Sim	32	3	6	41
		<i>Total</i>	<i>51</i>	<i>3</i>	<i>7</i>	<i>61</i>
52 ^a	Foi eleito em 2006?	Não	30	1	0	31
		Sim	28	1	4	33
		<i>Total</i>	<i>58</i>	<i>2</i>	<i>4</i>	<i>64</i>
53 ^a	Foi eleito em 2010?	Não	22	0	0	22
		Sim	40	0	0	40
		<i>Total</i>	<i>62</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>62</i>

Finalmente, no caso de cargos na Mesa Diretora da Câmara de Deputados, novamente há poucos casos sob análise. No entanto, dos sete deputados federais paulistas que ocuparam algum dos referidos cargos, seis obtiveram sucesso na reeleição, enquanto somente um deputado que teve participação na Mesa Diretora não alcançou a reeleição (Tabela 19).

Considerações Finais

A escolha de um candidato a deputado federal deveria ser guiada por informações sobre o perfil dos candidatos, assim como acompanhamento de seu comportamento durante a legislatura. Diversas Organizações Não Governamentais (ONG's) têm focalizado tais questões, no entanto, os dados que usualmente apresentam são disponibilizados em bases de dados previamente compiladas, o que pode comprometer o cruzamento de informações de forma imparcial.

Assim, a obtenção de maior volume de dados sobre candidatos aos cargos legislativos torna-se uma tarefa essencial na busca por eficiência no setor público. A pesquisa descrita no presente trabalho buscou relacionar as principais características dos parlamentares, assim como sua atuação e importância na Câmara de Deputados.

A análise dos dados coletados na pesquisa revelou que a reeleição é, indubitavelmente, uma estratégia central na carreira política dos deputados federais paulistas, seja pelos motivos expostos por Samuels (2000), seja pelos motivos expostos por Leoni, Pereira e Rennó (2003).

Contudo, no âmbito da estratégia de reeleição, há inúmeros fatores de influência sobre as chances de sucesso eleitoral dos deputados. Os resultados obtidos no presente trabalho não possibilitam afirmar categoricamente que deputados federais que apresentam maior empenho no trabalho legislativo são recompensados com reeleição, posto que a vitória em uma eleição envolve diversos outros fatores que não foram analisados no trabalho – além de fatores que não podem ser mensurados quantitativamente, como carisma do candidato, empenho dos cabos eleitorais, entre diversos outros aspectos. Ainda assim, em termos gerais, parece existir alguma correlação entre o empenho do deputado federal no trabalho legislativo e a reeleição.

Em termos dos cargos ocupados pelos deputados federais na Câmara, deve-se ressaltar que há significativa dificuldade em obter resultados conclusivos, pois o volume de dados necessários extrapola o escopo da pesquisa. Entretanto, é preciso considerar que, no caso de cargos legislativos de destaque, não se pode reduzir a questão somente à visibilidade do cargo. O acesso aos referidos cargos pressupõe que houve a construção de um histórico do parlamentar na Câmara ou no próprio partido. É óbvio que o presidente nacional de um partido não é escolhido por sorteio, tampouco o presidente de uma comissão importante, como a Comissão de Constituição e Justiça, por exemplo.

A ideia é reforçada pelo argumento de Pereira e Rennó (2001) quanto à semelhança entre a amostra de deputados federais que escolhe concorrer a um cargo e o restante da população: *“o fato de deter posições de poder na Câmara está claramente relacionado com a*

ambição intra-Câmara, pois é um incentivo a permanecer na casa, indicando ainda que os legisladores competentes preferem permanecer na câmara baixa” (Leoni, Pereira e Rennó, 2003:62).

Assim, os deputados federais devem considerar o maior número possível de variáveis em consideração para tomada de decisão sobre a estratégia de carreira a ser adotada. A obtenção de um grande número de votos em uma eleição não garante vitória na próxima corrida eleitoral.

Segundo Manin, Przeworski & Stokes (2006), independentemente do sistema democrático adotado, o controle dos cidadãos sobre os políticos é altamente imperfeito, quando não inexistente. A eleição é um instrumento insuficiente para controle das atividades dos políticos, assim, cabe à sociedade civil atentar aos indicadores de cada candidato cotejado para votação, de forma a evitar total descontrole em relação aos dirigentes.

A *accountability* vertical não pode ser exercida apenas através do voto. Atualmente, os cidadãos já possuem diversos outros mecanismos de controle e, principalmente, participação social. Deve-se buscar valorizar e desenvolver tais mecanismos, de forma a promover maior percepção popular quanto à importância da participação política.

A participação no projeto de pesquisa durante os últimos dezoito meses foi muito importante para meu aprendizado sobre política brasileira e sistemas eleitorais, através dos textos, reuniões e coleta de informações. Mas, ainda mais importante, foi a oportunidade de perceber que é possível obter dados que aparentemente não existiam, pois há muitas pesquisas que não são divulgadas ou que não se tem interesse em divulgar no Brasil. Assim, pude perceber que a persistência acaba fazendo parte da metodologia científica.

Outro aprendizado que a pesquisa me proporcionou foi a constatação de que uma amostra de 225 deputados ainda é uma amostra pequena, mesmo que possa parecer o contrário, dado o volume de trabalho para coletar e organizar os dados. A participação no presente projeto me faz concluir que uma pesquisa nunca termina em si mesma; sempre é possível explorar mais e fazer novas descobertas.

Durante as reuniões com minha orientadora e com o professor Wagner Pralon, pude esclarecer muitas dúvidas e aprender sobre assuntos que dificilmente seriam ensinados durante as aulas; aprendi a procurar dados confiáveis, por mais que seja difícil e demorado; foram realizados passos meticulosos na produção de conhecimento; pude entender melhor e me adaptar à rigidez e ao rigor que envolve uma pesquisa científica e a responsabilidade com que deve ser feita; aprendi a melhorar o meu trabalho em grupo, expor minhas opiniões e

ouvir outras; fazer tarefas que eu nunca tinha realizado; utilizar novos programas; além de todo o conhecimento adquirido no preenchimento do banco de dados.

A realização da pesquisa me possibilitou ter uma visão mais ampla sobre o mundo acadêmico, suas dificuldades e suas responsabilidades. Entendo que esse primeiro contato com a produção de conhecimento científico me ajudará, não só nas pesquisas que farei no futuro, como também no meu desenvolvimento pessoal e acadêmico.

Referências

- Assis GB. Financiamento de campanha e fidelidade partidária: Desafio intransponível? *Revista Gestão e Políticas Públicas* 2011, 1(1):1-18. Disponível na internet em: <http://each.uspnet.usp.br/rgpp/index.php/rgpp/article/view/1/1> [Data de acesso: 01 jul. 2011].
- Bobbio N, *et al.* *Dicionário de política*. Vol. 1 e 2. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.
- Botero F, Rennó L. Career choice and legislative reelection: Evidence from Brazil and Colombia. *Brazilian Political Science Review* 2007, 1(Sel.Ed. Online). Disponível na internet em: http://socialsciences.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-38212007000100001&lng=en&nrm=iso [Data de acesso: 28 mai. 2011].
- Bourdoukan AY. *Ambição e carreiras políticas no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.
- Brasil. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988.
- Carvalho JM. *Cidadania no Brasil. O longo caminho*. 3ª. edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- Foucault M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- Hofmeister W. *Partidos políticos: Quatro continentes. Cadernos Adenauer 3*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2007.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Evolução da Educação Superior – Graduação*. Disponível na internet em: <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/evolucao-1980-a-2007> [Data de acesso: 08 jun. 2011].
- Leoni E, Pereira C, Rennó L. Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. *Opinião Pública* 2003, 9(1):44-67.
- Manin B, Przeworski A, Stokes S. Eleições e representação. *Lua Nova* 2006, 67:105-138.
- Medeiros M. *A trajetória do Welfare State no Brasil: Papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2001.
- O'Donnell G. *Accountability horizontal e novas poliarquias*. *Lua Nova* 1998, 44:27-54.
- Pereira C, Rennó L. O que é que o reeleito tem? O retorno: O esboço de uma teoria da reeleição no Brasil. *Revista de Economia Política* 2007, 27(4):664-83.
- Pereira C, Rennó L. Successful re-election strategies in Brazil: The electoral impact of distinct institutional incentives. *Electoral Studies* 2003, 22(3):425-48.

Tribunal Superior Eleitoral (TSE). *Resultado das eleições*. Disponível na internet em:
<http://www.tse.gov.br> [Data de acesso: 30 mai. 2011].

Anexos

Anexo 1. Questionário-base do banco de dados.¹⁰

A seguir são apresentadas as variáveis elencadas para construção do banco de dados da pesquisa. É importante observar que somente as questões em destaque foram utilizadas no presente trabalho.

0) NOME POLÍTICO: Nome político do deputado federal

1) NOME COMPLETO: Nome completo do deputado federal

2) PARTIDO: Partido do deputado federal no momento em que a base de dados foi gerada.

3) TITULARIDADE: Se o deputado federal é titular ou suplente.

1 = Titular

2 = Suplente

3 = Em branco

4) DATA DE NASCIMENTO (aaaa/mm/dd)

5) RELIGIÃO

1 = Católica, Católica Apostólica Romana, Cristã Católica

2 = Evangélica, Evangélica/ Protestante, Evangélica Tradicional, Evangélica Pentecostal, Cristã, Cristã Evangélica, Presbiteriana, Batista, Assembléia de Deus, Adventista, Luterana, Casa da Bênção, Comunidade A Mensagem da Cruz

3 = Espírita, Espiritualista

4 = Judaica / Israelita

5 = Messiânica

6 = Budista

7 = Mórmon

8 = Ecumênica

9 = Outras

10 = Em branco ou não informada

6) LOCAL DE NASCIMENTO

¹⁰ Diversas questões cujos números não são sequenciais referem-se a itens que foram eliminados ou incluídos durante a coleta de dados, tendo em vista a dificuldade de obtenção ou desdobramento de uma informação em dois dados diferentes.

7) ESCOLARIDADE

- 1 = Primário incompleto
- 2 = Primário
- 3 = Secundário incompleto
- 4 = Secundário
- 5 = Ensino médio
- 6 = Superior incompleto
- 7 = Superior
- 8 = Não consta ou não declarada

8) PROFISSÕES

9) NÚMERO DE MANDATOS EXERCIDOS NA CD ATÉ 2008

10.0) PARTIDO POLÍTICO pelo qual se candidatou a deputado federal na eleição de 1990.

10) NÚMERO DE VOTOS recebidos pelo candidato na eleição de 1990 para deputado federal.

11) NÚMERO DE VOTOS recebidos pelo candidato na eleição de 1990 para deputado federal, PONDERADO PELO NÚMERO DE VOTOS VÁLIDOS NO ESTADO para deputado federal.

12) LEGISLATURA TITULAR 49: Foi deputado titular entre 1991-1995?

0 = Não

1 = Sim

13) EM QUE DATA ASSUMIU A CADEIRA DE DEPUTADO TITULAR NA LEGISLATURA 49?

14) LEGISLATURA SUPLENTE 49: Foi deputado suplente entre 1991-1995?

0 = Não

1 = Sim

17) POR QUE ESTADO FOI DEPUTADO NA LEGISLATURA 49?

18) NÚMERO DE CADEIRAS DO ESTADO NA LEGISLATURA 49.

19) NÚMERO DE CANDIDATOS DA MESMA COLIGAÇÃO ELEITORAL ESTADUAL que disputaram votos para deputado federal, em 1990.

21) NÚMERO DE PARTIDOS EFETIVOS NA CD NA LEGISLATURA 49.

22) FOI NOMEADO PARA ALGUM CARGO COMISSIONADO DE BUROCRACIA MUNICIPAL, ESTADUAL OU FEDERAL DURANTE A LEGISLATURA 49?

0 = Não

1 = Sim

23) PARA QUE CARGO COMISSIONADO DE BUROCRACIA MUNICIPAL, ESTADUAL OU FEDERAL FOI NOMEADO DURANTE A LEGISLATURA 49?

24) EM QUE DIA DEIXOU A CD E ASSUMIU ESTE CARGO COMISSIONADO DE BUROCRACIA MUNICIPAL, ESTADUAL OU FEDERAL DURANTE A LEGISLATURA 49?

25) FOI CANDIDATO EM 1992?

0 = Não

1 = Sim

26) POR QUAL PARTIDO SE CANDIDATOU EM 1992?

27) CANDIDATOU-SE A QUE CARGO EM 1992?

0 = Nenhum

1 = Vereador

2 = Vice-Prefeito

3 = Prefeito

28) FOI ELEITO EM 1992?

0 = Não

1 = Sim

29) EM QUE DIA DEIXOU A CD E ASSUMIU ESTE CARGO ELETIVO DISPUTADO EM 1992?

30) FOI CANDIDATO EM 1994?

0 = Não

1 = Sim

31) POR QUAL PARTIDO SE CANDIDATOU EM 1994?

Manter a numeração do item 2.

32) CANDIDATOU-SE A QUE CARGO EM 1994?

0 = Nenhum

1 = Deputado Estadual

2 = Vice-Governador

3 = Governador

4 = Deputado Federal

- 5 = Senador
- 6 = Vice-Presidente
- 7 = Presidente

33) FOI ELEITO EM 1994?

- 0 = Não
- 1 = Sim

34) CASO TENHA SIDO ELEITO PARA OUTRO CARGO DIFERENTE DE DEPUTADO FEDERAL, EM QUE DIA ASSUMIU ESTE CARGO ELETIVO DISPUTADO EM 1994?

35) Além das hipóteses previstas nas questões 24, 29 e 34, DEIXOU A CD DE FORMA DEFINITIVA POR ALGUMA OUTRA RAZÃO DURANTE A LEGISLATURA 49?

- 0 = Não
- 1 = Sim

36) [Caso a resposta para a questão 35 seja “sim”] POR QUE RAZÃO DEIXOU A CD DE FORMA DEFINITIVA DURANTE A LEGISLATURA 49?

37) [Caso a resposta para a questão 35 seja “sim”] EM QUE DIA DEIXOU A CD DE FORMA DEFINITIVA DURANTE A LEGISLATURA 49?

38) SEU PARTIDO ERA DA BASE DE ITAMAR NO DIA DA ELEIÇÃO PARA DEPUTADO FEDERAL EM 1994?

- 0 = Não
- 1 = Sim

39) SEU PARTIDO ERA DA COLIGAÇÃO DE FHC NA ELEIÇÃO DE 1994?

- 0 = Não
- 1 = Sim

40) APOIO AO GOVERNO NA LEGISLATURA 49.

% de votos favoráveis às propostas do executivo no plenário da CD.

47) NÚMERO DE PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS APRESENTADAS PELO DEPUTADO FEDERAL E TRANSFORMADAS EM NORMA JURÍDICA ENTRE 01/02/1991 E 31/01/1995.

48) PROPORÇÃO DE AUSÊNCIAS EM VOTAÇÕES DE PLENÁRIO REALIZADAS ENTRE 01/02/1991 E 31/01/1995.

49) O DEPUTADO FEZ PARTE DA LISTA DO DIAP DE DEPUTADOS MAIS INFLUENTES EM 1994.

- 0 = Não

1 = Sim

52) “CONTRIBUIÇÃO DE CAMPANHA”: total de contribuições de campanha recebidas e declaradas pelo candidato ao TSE nas eleições de 1990.

53) “CONCENTRAÇÃO ELEITORAL” nas eleições de 1990: total de votos obtidos no município em que o candidato obteve mais votos, dividido pelo total de votos obtidos no estado.

54) COMPETIÇÃO NAS ELEIÇÕES DE 1990: número de votos obtidos pelo candidato no município onde foi mais votado, menos o total de votos obtidos pelo candidato [diferente do primeiro] com maior votação neste município. Esta variável deve ser ponderada pelo tamanho do eleitorado de cada município.

56) ATIVIDADES PARTIDÁRIAS REALIZADAS DURANTE A LEGISLATURA 49.

0 = Não ocupou nenhum dos cargos abaixo

3 = Presidente nacional do partido

4 = Presidente estadual do partido

5 = Presidente municipal do partido

6 = Vice-Presidente nacional do partido

7 = Vice-Presidente estadual do partido

8 = Vice-Presidente municipal do partido

9 = Secretário-Geral nacional do partido

10 = Secretário-Geral estadual do partido

11 = Secretário-Geral municipal do partido

56.1) O DEPUTADO OCUPOU O CARGO DE LÍDER DA BANCADA DE PARTIDO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS DURANTE A LEGISLATURA 49?

0 = Não

1 = Sim

57) O DEPUTADO OCUPOU O CARGO DE LÍDER DO GOVERNO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS DURANTE A LEGISLATURA 49?

0 = Não

1 = Sim

58) O DEPUTADO OCUPOU O CARGO DE LÍDER DA MAIORIA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS DURANTE A LEGISLATURA 49?

0 = Não

1 = Sim

59) O DEPUTADO OCUPOU O CARGO DE LÍDER DA MINORIA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS DURANTE A LEGISLATURA 49?

0 = Não

1 = Sim

60) O DEPUTADO OCUPOU O CARGO DE LÍDER DE BLOCO PARLAMENTAR NA CÂMARA DOS DEPUTADOS DURANTE A LEGISLATURA 49?

0 = Não

1 = Sim

61) OCUPOU OS CARGOS ABAIXO EM COMISSÕES PERMANENTES DA CD NA LEGISLATURA 49?

0 = Não ocupou nenhum dos cargos abaixo

1 = Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural

2 = Vice-Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural

3 = Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

4 = Vice-Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

5 = Presidente da Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional

6 = Vice-Presidente da Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional

7 = Presidente da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional

8 = Vice-Presidente da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional

9 = Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

10 = Vice-Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

11 = Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação

12 = Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação

13 = Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

14 = Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

15 = Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias

16 = Vice-Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias

17 = Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor

18 = Vice-Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor

19 = Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

20 = Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

21 = Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias

22 = Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias

23 = Presidente da Comissão de Direitos Humanos

24 = Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos

25 = Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio

26 = Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio

27 = Presidente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio

28 = Vice-Presidente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio

29 = Presidente da Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo

30 = Vice-Presidente da Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo

- 31 = Presidente da Comissão de Turismo e Desporto
- 32 = Vice-Presidente da Comissão de Turismo e Desporto
- 33 = Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto
- 34 = Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto
- 35 = Presidente da Comissão de Educação e Cultura
- 36 = Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura
- 37 = Presidente da Comissão de Viação e Transportes, Desenvolvimento Urbano e Interior
- 38 = Vice-Presidente da Comissão de Viação e Transportes, Desenvolvimento Urbano e Interior
- 39 = Presidente da Comissão de Viação e Transportes
- 40 = Vice-Presidente da Comissão de Viação e Transportes
- 41 = Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior
- 42 = Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior
- 43 = Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano
- 44 = Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano
- 45 = Presidente da Comissão de Finanças e Tributação
- 46 = Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação
- 47 = Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle
- 48 = Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle
- 49 = Presidente da Comissão de Legislação Participativa
- 50 = Vice-Presidente da Comissão de Legislação Participativa
- 51 = Presidente da Comissão de Minas e Energia
- 52 = Vice-Presidente da Comissão de Minas e Energia
- 53 = Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
- 54 = Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
- 55 = Presidente da Comissão de Relações Exteriores
- 56 = Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores
- 57 = Presidente da Comissão de Defesa Nacional
- 58 = Vice-Presidente da Comissão de Defesa Nacional
- 59 = Presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado
- 60 = Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado
- 61 = Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família
- 62 = Vice-Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família
- 63 = Presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público
- 64 = Vice-Presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

62) OCUPOU OS CARGOS ABAIXO NA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO NA LEGISLATURA 49?

- 0 = Não ocupou nenhum dos cargos abaixo
- 1 = Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
- 2 = Vice-Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

63) OCUPOU OS CARGOS ABAIXO EM COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) DA CD NA LEGISLATURA 49?

- 0 = Não ocupou nenhum dos cargos abaixo
- 1 = Presidente de CPI
- 2 = Vice-Presidente de CPI

64) OCUPOU CARGOS NA MESA DIRETORA DA CD NA LEGISLATURA 49?

- 0 = Não ocupou nenhum dos cargos abaixo
- 1 = Presidente
- 2 = Primeiro Vice-Presidente
- 3 = Segundo Vice-Presidente
- 4 = Primeiro secretário
- 5 = Segundo secretário
- 6 = Terceiro secretário
- 7 = Quarto secretário

65) QUANTAS VEZES MUDOU DE PARTIDO NA LEGISLATURA 49?

68) PARTIDO POLÍTICO pelo qual se candidatou a deputado federal na eleição de 1994.

69) NÚMERO DE VOTOS recebidos pelo candidato na eleição de 1994 para deputado federal.

70) NÚMERO DE VOTOS recebidos pelo candidato na eleição de 1994 para deputado federal, PONDERADO PELO NÚMERO DE VOTOS VÁLIDOS no estado para deputado federal.

71) LEGISLATURA TITULAR 50: foi deputado titular entre 1995-1999?

72) EM QUE DATA ASSUMIU A CADEIRA DE DEPUTADO TITULAR NA LEGISLATURA 50?

73) LEGISLATURA SUPLENTE 50: foi deputado suplente entre 1995-1999?

76) POR QUE ESTADO FOI DEPUTADO NA LEGISLATURA 50?

77) NÚMERO DE CADEIRAS DO ESTADO NA LEGISLATURA 50.

78) NÚMERO DE CANDIDATOS DA MESMA COLIGAÇÃO ELEITORAL ESTADUAL que disputaram votos para deputado federal, em 1994.

79) NÚMERO DE CANDIDATOS QUE DISPUTARAM VOTOS PARA DEPUTADO FEDERAL NO MESMO ESTADO EM 1994.

80) NÚMERO DE PARTIDOS EFETIVOS NA CD NA LEGISLATURA 50.

- 81) FOI NOMEADO PARA ALGUM CARGO COMISSIONADO DE BUROCRACIA MUNICIPAL, ESTADUAL OU FEDERAL DURANTE A LEGISLATURA 50?**
- 82) PARA QUE CARGO COMISSIONADO DE BUROCRACIA MUNICIPAL, ESTADUAL OU FEDERAL FOI NOMEADO DURANTE A LEGISLATURA 50?
- 83) EM QUE DIA DEIXOU A CD E ASSUMIU ESTE CARGO COMISSIONADO DE BUROCRACIA MUNICIPAL, ESTADUAL OU FEDERAL DURANTE A LEGISLATURA 50?
- 84) FOI CANDIDATO EM 1996?
- 85) POR QUAL PARTIDO SE CANDIDATOU EM 1996?
- 86) CANDIDATOU-SE A QUE CARGO EM 1996?**
- 87) FOI ELEITO EM 1996?**
- 88) EM QUE DIA DEIXOU A CD E ASSUMIU ESTE CARGO ELETIVO DISPUTADO EM 1996?
- 89) FOI CANDIDATO EM 1998?
- 90) POR QUAL PARTIDO SE CANDIDATOU EM 1998?
- 91) CANDIDATOU-SE A QUE CARGO EM 1998?**
- 92) FOI ELEITO EM 1998?**
- 93) CASO TENHA SIDO ELEITO PARA OUTRO CARGO DIFERENTE DE DEPUTADO FEDERAL, EM QUE DIA ASSUMIU ESTE CARGO ELETIVO DISPUTADO EM 1998?
- 94) Além das hipóteses previstas nas questões 83, 88 e 93, DEIXOU A CD DE FORMA DEFINITIVA POR ALGUMA OUTRA RAZÃO DURANTE A LEGISLATURA 50?**
- 95) [Caso a resposta para a questão 94 seja “sim”] POR QUE RAZÃO DEIXOU A CD DE FORMA DEFINITIVA DURANTE A LEGISLATURA 50?
- 96) [Caso a resposta para a questão 94 seja “sim”] EM QUE DIA DEIXOU A CD DE FORMA DEFINITIVA DURANTE A LEGISLATURA 50?
- 97) SEU PARTIDO ERA DA BASE DE FHC NO DIA DA ELEIÇÃO PARA**

DEPUTADO FEDERAL EM 1998?

98) SEU PARTIDO ERA DA COLIGAÇÃO DE FHC NA ELEIÇÃO DE 1998?

99) APOIO AO GOVERNO NA LEGISLATURA 50.

106) NÚMERO DE PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS APRESENTADAS PELO DEPUTADO FEDERAL E TRANSFORMADAS EM NORMA JURÍDICA ENTRE 01/02/1995 E 31/01/1999.

107) PROPORÇÃO DE AUSÊNCIAS EM VOTAÇÕES DE PLENÁRIO REALIZADAS ENTRE 01/02/1995 E 31/01/1999.

108) O DEPUTADO FEZ PARTE DA LISTA DO DIAP DE DEPUTADOS MAIS INFLUENTES EM 1998.

111) “CONTRIBUIÇÃO DE CAMPANHA”: total de contribuições de campanha recebidas e declaradas pelo candidato ao TSE nas eleições de 1994.

112) “CONCENTRAÇÃO ELEITORAL” nas eleições de 1994: total de votos obtidos no município em que o candidato obteve mais votos, dividido pelo total de votos obtidos no estado.

113) COMPETIÇÃO NAS ELEIÇÕES DE 1994: número de votos obtidos pelo candidato no município onde foi mais votado, menos o total de votos obtidos pelo candidato [diferente do primeiro] com maior votação neste município. Esta variável deve ser ponderada pelo tamanho do eleitorado de cada município.

115) ATIVIDADES PARTIDÁRIAS REALIZADAS DURANTE A LEGISLATURA 50.

115.1) O DEPUTADO OCUPOU O CARGO DE LÍDER DA BANCADA DE PARTIDO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS DURANTE A LEGISLATURA 50?

116) O DEPUTADO OCUPOU O CARGO DE LÍDER DO GOVERNO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS DURANTE A LEGISLATURA 50?

117) O DEPUTADO OCUPOU O CARGO DE LÍDER DA MAIORIA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS DURANTE A LEGISLATURA 50?

118) O DEPUTADO OCUPOU O CARGO DE LÍDER DA MINORIA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS DURANTE A LEGISLATURA 50?

119) O DEPUTADO OCUPOU O CARGO DE LÍDER DE BLOCO PARLAMENTAR NA CÂMARA DOS DEPUTADOS DURANTE A LEGISLATURA 50?

- 120) OCUPOU OS CARGOS ABAIXO EM COMISSÕES PERMANENTES DA CD NA LEGISLATURA 50?**
- 121) OCUPOU OS CARGOS ABAIXO NA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO NA LEGISLATURA 50?**
- 122) OCUPOU OS CARGOS ABAIXO EM COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) DA CD NA LEGISLATURA 50?**
- 123) OCUPOU CARGOS NA MESA DIRETORA DA CD NA LEGISLATURA 50?**
- 124) QUANTAS VEZES MUDOU DE PARTIDO NA LEGISLATURA 50?**
- 127) PARTIDO POLÍTICO PELO QUAL SE CANDIDATOU A DEPUTADO FEDERAL NA ELEIÇÃO DE 1998.**
- 128) NÚMERO DE VOTOS RECEBIDOS pelo candidato na eleição de 1998 para deputado federal.
- 129) NÚMERO DE VOTOS RECEBIDOS PELO CANDIDATO na eleição de 1998 para deputado federal, PONDERADA PELO NÚMERO DE VOTOS VÁLIDOS no estado para deputado federal.
- 130) LEGISLATURA TITULAR 51: foi deputado titular entre 1999-2003?
- 131) EM QUE DATA ASSUMIU A CADEIRA DE DEPUTADO TITULAR NA LEGISLATURA 51?
- 132) LEGISLATURA SUPLENTE 51: foi deputado suplente entre 1999-2003?
- 135) POR QUE ESTADO FOI DEPUTADO NA LEGISLATURA 51?
- 136) NÚMERO DE CADEIRAS DO ESTADO NA LEGISLATURA 51.
- 137) NÚMERO DE CANDIDATOS DA MESMA COLIGAÇÃO ELEITORAL ESTADUAL QUE DISPUTARAM VOTOS PARA DEPUTADO FEDERAL, EM 1998.
- 138) NÚMERO DE CANDIDATOS QUE DISPUTARAM VOTOS PARA DEPUTADO FEDERAL, NO MESMO ESTADO, EM 1998.
- 139) NÚMERO DE PARTIDOS EFETIVOS NA CD NA LEGISLATURA 51.
- 140) FOI NOMEADO PARA ALGUM CARGO COMISSIONADO DE BUROCRACIA**

MUNICIPAL, ESTADUAL OU FEDERAL DURANTE A LEGISLATURA 51?

- 141) PARA QUE CARGO COMISSIONADO DE BUROCRACIA MUNICIPAL, ESTADUAL OU FEDERAL FOI NOMEADO DURANTE A LEGISLATURA 51?
- 142) EM QUE DIA DEIXOU A CD E ASSUMIU ESTE CARGO COMISSIONADO DE BUROCRACIA MUNICIPAL, ESTADUAL OU FEDERAL DURANTE A LEGISLATURA 51?
- 143) FOI CANDIDATO EM 2000?
- 144) POR QUAL PARTIDO SE CANDIDATOU EM 2000?
- 145) CANDIDATOU-SE A QUE CARGO EM 2000?**
- 146) FOI ELEITO EM 2000?**
- 147) EM QUE DIA DEIXOU A CD E ASSUMIU ESTE CARGO ELETIVO DISPUTADO EM 2000?
- 148) FOI CANDIDATO EM 2002?
- 149) POR QUAL PARTIDO SE CANDIDATOU EM 2002?
- 150) CANDIDATOU-SE A QUE CARGO EM 2002?**
- 151) FOI ELEITO EM 2002?**
- 152) CASO TENHA SIDO ELEITO PARA OUTRO CARGO DIFERENTE DE DEPUTADO FEDERAL, EM QUE DIA ASSUMIU ESTE CARGO ELETIVO DISPUTADO EM 2002?
- 153) Além das hipóteses previstas nas questões 142, 147 e 152, DEIXOU A CD DE FORMA DEFINITIVA POR ALGUMA OUTRA RAZÃO DURANTE A LEGISLATURA 51?**
- 154) [Caso a resposta para a questão 153 seja “sim”] POR QUE RAZÃO DEIXOU A CD DE FORMA DEFINITIVA DURANTE A LEGISLATURA 51?
- 155) [Caso a resposta para a questão 153 seja “sim”] EM QUE DIA DEIXOU A CD DE FORMA DEFINITIVA DURANTE A LEGISLATURA 51?
- 156) SEU PARTIDO ERA DA BASE DE FHC NO DIA DA ELEIÇÃO PARA DEPUTADO FEDERAL EM 2002?**

157) SEU PARTIDO ERA DA COLIGAÇÃO DE LULA NA ELEIÇÃO DE 2002?

158) APOIO AO GOVERNO NA LEGISLATURA 51.

165) NÚMERO DE PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS APRESENTADAS PELO DEPUTADO FEDERAL E TRANSFORMADAS EM NORMA JURÍDICA ENTRE 01/02/1999 E 31/01/2003.

166) PROPORÇÃO DE AUSÊNCIAS EM VOTAÇÕES DE PLENÁRIO REALIZADAS ENTRE 01/02/1999 E 31/01/2003.

167) O DEPUTADO FEZ PARTE DA LISTA DO DIAP DE DEPUTADOS MAIS INFLUENTES EM 2002.

170) “CONTRIBUIÇÃO DE CAMPANHA”: total de contribuições de campanha recebidas e declaradas pelo candidato ao TSE nas eleições de 1998.

171) “CONCENTRAÇÃO ELEITORAL” nas eleições de 1998: total de votos obtidos no município em que o candidato obteve mais votos, dividido pelo total de votos obtidos no estado.

172) COMPETIÇÃO NAS ELEIÇÕES DE 1998: número de votos obtidos pelo candidato no município onde foi mais votado, menos o total de votos obtidos pelo candidato [diferente do primeiro] com maior votação neste município. Esta variável deve ser ponderada pelo tamanho do eleitorado de cada município.

174) ATIVIDADES PARTIDÁRIAS REALIZADAS DURANTE A LEGISLATURA 51.

174.1) O DEPUTADO OCUPOU O CARGO DE LÍDER DA BANCADA DE PARTIDO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS DURANTE A LEGISLATURA 51?

175) O DEPUTADO OCUPOU O CARGO DE LÍDER DO GOVERNO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS DURANTE A LEGISLATURA 51?

176) O DEPUTADO OCUPOU O CARGO DE LÍDER DA MAIORIA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS DURANTE A LEGISLATURA 51?

177) O DEPUTADO OCUPOU O CARGO DE LÍDER DA MINORIA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS DURANTE A LEGISLATURA 51?

178) O DEPUTADO OCUPOU O CARGO DE LÍDER DE BLOCO PARLAMENTAR NA CÂMARA DOS DEPUTADOS DURANTE A LEGISLATURA 51?

- 179) OCUPOU OS CARGOS ABAIXO EM COMISSÕES PERMANENTES DA CD NA LEGISLATURA 51?**
- 180) OCUPOU OS CARGOS ABAIXO NA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO NA LEGISLATURA 51?**
- 181) OCUPOU OS CARGOS ABAIXO EM COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) DA CD NA LEGISLATURA 51?**
- 182) OCUPOU CARGOS NA MESA DIRETORA DA CD NA LEGISLATURA 51?**
- 183) QUANTAS VEZES MUDOU DE PARTIDO NA LEGISLATURA 51.**
- 186) PARTIDO POLÍTICO PELO QUAL SE CANDIDATOU A DEPUTADO FEDERAL NA ELEIÇÃO DE 2002.**
- 187) NÚMERO DE VOTOS RECEBIDOS PELO CANDIDATO na eleição de 2002 para deputado federal.
- 188) NÚMERO DE VOTOS RECEBIDOS PELO CANDIDATO na eleição de 2002 para deputado federal, PONDERADA PELO NÚMERO DE VOTOS VÁLIDOS no estado para deputado federal.
- 189) LEGISLATURA TITULAR 52: foi deputado titular entre 2003-2007?
- 190) EM QUE DATA ASSUMIU A CADEIRA DE DEPUTADO TITULAR NA LEGISLATURA 52?
- 191) LEGISLATURA SUPLENTE 52: foi deputado suplente entre 2003-2007?
- 194) POR QUE ESTADO FOI DEPUTADO NA LEGISLATURA 52?
- 195) NÚMERO DE CADEIRAS DO ESTADO NA LEGISLATURA 52.
- 196) NÚMERO DE CANDIDATOS DA MESMA COLIGAÇÃO ELEITORAL ESTADUAL QUE DISPUTARAM VOTOS PARA DEPUTADO FEDERAL, EM 2002.
- 197) NÚMERO DE CANDIDATOS QUE DISPUTARAM VOTOS PARA DEPUTADO FEDERAL, NO MESMO ESTADO, EM 2002.
- 198) NÚMERO DE PARTIDOS EFETIVOS NA CD NA LEGISLATURA 52.
- 199) FOI NOMEADO PARA ALGUM CARGO COMISSIONADO DE BUROCRACIA MUNICIPAL, ESTADUAL OU FEDERAL DURANTE A LEGISLATURA 52?**

- 200) PARA QUE CARGO COMISSONADO DE BUROCRACIA MUNICIPAL, ESTADUAL OU FEDERAL FOI NOMEADO DURANTE A LEGISLATURA 52?
- 201) EM QUE DIA DEIXOU A CD E ASSUMIU ESTE CARGO COMISSONADO DE BUROCRACIA MUNICIPAL, ESTADUAL OU FEDERAL DURANTE A LEGISLATURA 52?
- 202) FOI CANDIDATO EM 2004?
- 203) POR QUAL PARTIDO SE CANDIDATOU EM 2004?
- 204) CANDIDATOU-SE A QUE CARGO EM 2004?**
- 205) FOI ELEITO EM 2004?**
- 206) EM QUE DIA DEIXOU A CD E ASSUMIU ESTE CARGO ELETIVO DISPUTADO EM 2004?
- 207) FOI CANDIDATO EM 2006?
- 208) POR QUAL PARTIDO SE CANDIDATOU EM 2006?
- 209) CANDIDATOU-SE A QUE CARGO EM 2006?**
- 210) FOI ELEITO EM 2006?**
- 211) CASO TENHA SIDO ELEITO PARA OUTRO CARGO DIFERENTE DE DEPUTADO FEDERAL, EM QUE DIA ASSUMIU ESTE CARGO ELETIVO DISPUTADO EM 2006?
- 212) Além das hipóteses previstas nas questões 201, 206 e 211, DEIXOU A CD DE FORMA DEFINITIVA POR ALGUMA OUTRA RAZÃO DURANTE A LEGISLATURA 52?**
- 213) [Caso a resposta para a questão 212 seja “sim”] POR QUE RAZÃO DEIXOU A CD DE FORMA DEFINITIVA DURANTE A LEGISLATURA 52?
- 214) [Caso a resposta para a questão 212 seja “sim”] EM QUE DIA DEIXOU A CD DE FORMA DEFINITIVA DURANTE A LEGISLATURA 52?
- 215) SEU PARTIDO ERA DA BASE DE LULA NO DIA DA ELEIÇÃO PARA DEPUTADO FEDERAL EM 2006?**

216) SEU PARTIDO ERA DA COLIGAÇÃO DE LULA NA ELEIÇÃO DE 2006?

217) APOIO AO GOVERNO NA LEGISLATURA 52.

224) NÚMERO DE PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS APRESENTADAS PELO DEPUTADO FEDERAL E TRANSFORMADAS EM NORMA JURÍDICA ENTRE 01/02/2003 E 31/01/2007.

225) PROPORÇÃO DE AUSÊNCIAS EM VOTAÇÕES DE PLENÁRIO REALIZADAS ENTRE 01/02/2003 E 31/01/2007.

226) O DEPUTADO FEZ PARTE DA LISTA DO DIAP DE DEPUTADOS MAIS INFLUENTES EM 2006.

229) “CONTRIBUIÇÃO DE CAMPANHA”: total de contribuições de campanha recebidas e declaradas pelo candidato ao TSE nas eleições de 2002.

230) “CONCENTRAÇÃO ELEITORAL” nas eleições de 2002: total de votos obtidos no município em que o candidato obteve mais votos, dividido pelo total de votos obtidos no estado.

231) COMPETIÇÃO NAS ELEIÇÕES DE 2002: número de votos obtidos pelo candidato no município onde foi mais votado, menos o total de votos obtidos pelo candidato [diferente do primeiro] com maior votação neste município. Esta variável deve ser ponderada pelo tamanho do eleitorado de cada município.

233) ATIVIDADES PARTIDÁRIAS REALIZADAS DURANTE A LEGISLATURA 52.

233.1) O DEPUTADO OCUPOU O CARGO DE LÍDER DA BANCADA DE PARTIDO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS DURANTE A LEGISLATURA 52?

234) O DEPUTADO OCUPOU O CARGO DE LÍDER DO GOVERNO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS DURANTE A LEGISLATURA 52?

235) O DEPUTADO OCUPOU O CARGO DE LÍDER DA MAIORIA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS DURANTE A LEGISLATURA 52?

236) O DEPUTADO OCUPOU O CARGO DE LÍDER DA MINORIA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS DURANTE A LEGISLATURA 52?

237) O DEPUTADO OCUPOU O CARGO DE LÍDER DE BLOCO PARLAMENTAR NA CÂMARA DOS DEPUTADOS DURANTE A LEGISLATURA 52?

238) OCUPOU OS CARGOS ABAIXO EM COMISSÕES PERMANENTES DA CD NA

LEGISLATURA 52?

- 239) OCUPOU OS CARGOS ABAIXO NA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO NA LEGISLATURA 52?**
- 240) OCUPOU OS CARGOS ABAIXO EM COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) DA CD NA LEGISLATURA 52?**
- 241) OCUPOU CARGOS NA MESA DIRETORA DA CD NA LEGISLATURA 52?**
- 242) QUANTAS VEZES MUDOU DE PARTIDO NA LEGISLATURA 52?**
- 245) PARTIDO POLÍTICO PELO QUAL SE CANDIDATOU A DEPUTADO FEDERAL NA ELEIÇÃO DE 2002.**
- 246) NÚMERO DE VOTOS RECEBIDOS PELO CANDIDATO na eleição de 2006 para deputado federal.
- 247) NÚMERO DE VOTOS RECEBIDOS PELO CANDIDATO na eleição de 2006 para deputado federal, PONDERADA PELO NÚMERO DE VOTOS VÁLIDOS no estado para deputado federal.
- 248) LEGISLATURA TITULAR 53: FOI DEPUTADO TITULAR ENTRE 2007-2011?
- 249) EM QUE DATA ASSUMIU A CADEIRA DE DEPUTADO TITULAR NA LEGISLATURA 53?
- 250) LEGISLATURA SUPLENTE 53: FOI DEPUTADO SUPLENTE ENTRE 2007-2011?
- 253) POR QUE ESTADO FOI DEPUTADO NA LEGISLATURA 53?
- 254) NÚMERO DE CADEIRAS DO ESTADO NA LEGISLATURA 53.
- 255) NÚMERO DE CANDIDATOS DA MESMA COLIGAÇÃO ELEITORAL ESTADUAL QUE DISPUTARAM VOTOS PARA DEPUTADO FEDERAL, EM 2006.
- 256) NÚMERO DE CANDIDATOS QUE DISPUTARAM VOTOS PARA DEPUTADO FEDERAL, NO MESMO ESTADO, EM 2006.
- 257) NÚMERO DE PARTIDOS EFETIVOS NA CD NA LEGISLATURA 53.
- 258) FOI NOMEADO PARA ALGUM CARGO COMISSIONADO DE BUROCRACIA MUNICIPAL, ESTADUAL OU FEDERAL DURANTE A LEGISLATURA 53?**

- 259) PARA QUE CARGO COMISSIONADO DE BUROCRACIA MUNICIPAL, ESTADUAL OU FEDERAL FOI NOMEADO DURANTE A LEGISLATURA 53?
- 260) EM QUE DIA DEIXOU A CD E ASSUMIU ESTE CARGO COMISSIONADO DE BUROCRACIA MUNICIPAL, ESTADUAL OU FEDERAL DURANTE A LEGISLATURA 53?
- 261) FOI CANDIDATO EM 2008?
- 262) POR QUAL PARTIDO SE CANDIDATOU EM 2008?
- 263) CANDIDATOU-SE A QUE CARGO EM 2008?**
- 264) FOI ELEITO EM 2008?**
- 265) CASO TENHA SIDO ELEITO PARA OUTRO CARGO, EM QUE DIA ASSUMIU ESTE CARGO ELETIVO DISPUTADO EM 2008?
- 266) Além das hipóteses previstas nas questões 260 e 265, DEIXOU A CD DE FORMA DEFINITIVA POR ALGUMA OUTRA RAZÃO DURANTE A LEGISLATURA 53?
- 267) [Caso a resposta para a questão 266 seja “sim”] POR QUE RAZÃO DEIXOU A CD DE FORMA DEFINITIVA DURANTE A LEGISLATURA 53?
- 268) [Caso a resposta para a questão 266 seja “sim”] EM QUE DIA DEIXOU A CD DE FORMA DEFINITIVA DURANTE A LEGISLATURA 53?
- 269) APOIO AO GOVERNO NA LEGISLATURA 53.**
- 276) NÚMERO DE PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS APRESENTADAS PELO DEPUTADO FEDERAL E TRANSFORMADAS EM NORMA JURÍDICA ENTRE 01/02/2007 E 31/01/2011.**
- 277) PROPORÇÃO DE AUSÊNCIAS EM VOTAÇÕES DE PLENÁRIO REALIZADAS ENTRE 01/02/2007 E 31/01/2011.**
- 278) O DEPUTADO FEZ PARTE DA LISTA DO DIAP DE DEPUTADOS MAIS INFLUENTES EM 2009.
- 281) “CONTRIBUIÇÃO DE CAMPANHA”: total de contribuições de campanha recebidas e declaradas pelo candidato ao TSE nas eleições de 2006.
- 282) “CONCENTRAÇÃO ELEITORAL” nas eleições de 2006: total de votos obtidos no município em que o candidato obteve mais votos, dividido pelo total de votos obtidos no

estado.

283) **COMPETIÇÃO NAS ELEIÇÕES DE 2006:** número de votos obtidos pelo candidato no município onde foi mais votado, menos o total de votos obtidos pelo candidato [diferente do primeiro] com maior votação neste município. Esta variável deve ser ponderada pelo tamanho do eleitorado de cada município.

285) ATIVIDADES PARTIDÁRIAS REALIZADAS DURANTE A LEGISLATURA 53.

285.1) O DEPUTADO OCUPOU O CARGO DE LÍDER DA BANCADA DE PARTIDO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS DURANTE A LEGISLATURA 53?

286) O DEPUTADO OCUPOU O CARGO DE LÍDER DO GOVERNO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS DURANTE A LEGISLATURA 53?

287) O DEPUTADO OCUPOU O CARGO DE LÍDER DA MAIORIA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS DURANTE A LEGISLATURA 53?

288) O DEPUTADO OCUPOU O CARGO DE LÍDER DA MINORIA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS DURANTE A LEGISLATURA 53?

289) O DEPUTADO OCUPOU O CARGO DE LÍDER DE BLOCO PARLAMENTAR NA CÂMARA DOS DEPUTADOS DURANTE A LEGISLATURA 53?

290) OCUPOU OS CARGOS ABAIXO EM COMISSÕES PERMANENTES DA CD NA LEGISLATURA 53?

291) OCUPOU OS CARGOS ABAIXO NA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO NA LEGISLATURA 53?

292) OCUPOU OS CARGOS ABAIXO EM COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) DA CD NA LEGISLATURA 53?

293) OCUPOU CARGOS NA MESA DIRETORA DA CD NA LEGISLATURA 53?

294) QUANTAS VEZES MUDOU DE PARTIDO NA LEGISLATURA 53?

295) CANDIDATOU-SE A QUE CARGO EM 2010?

296) FOI ELEITO EM 2010?

Anexo 2. Lista dos deputados federais do estado de São Paulo atuantes na Câmara de Deputados entre 1991 e 2008.

Nome Político	Nome Completo
ABELARDO CAMARINHA	José Abelardo Guimarães Camarinha
ADHEMAR DE BARROS FILHO	Adhemar de Barros Filho
ADILSON MALUF	Adilson Benedito Maluf
AIRTON SANDOVAL	Airton Sandoval Santana
ALBERTO GOLDMAN	Alberto Goldman
ALBERTO HADDAD	Alberto Felipe Haddad Filho
ALBERTO MOURÃO	Alberto Pereira Mourão
ALDO REBELO	José Aldo Rebelo Figueiredo
ALINE CORRÊA	Aline Lemos Corrêa de Oliveira Andrade
ALMINO AFFONSO	Almino Monteiro Alvares Affonso
ALOIZIO MERCADANTE	Aloizio Mercadante Oliva
ALOYSIO NUNES FERREIRA	Aloysio Nunes Ferreira Filho
AMAURI GASQUES	Amauri Robledo Gasques
ANDRÉ BENASSI	André Benassi
ANGELA GUADAGNIN	Angela Moraes Guadagnin
ANTONIO BULHÕES	Antonio Carlos Martins de Bulhões
ANTONIO CARLOS MENDES THAME	Antonio Carlos de Mendes Thame
ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	Antonio Carlos Pannunzio
ANTONIO KANDIR	Antonio Kandir
ANTONIO PALOCCI	Antonio Palocci Filho
ARLINDO CHINAGLIA	Arlindo Chignalia Junior
ARMANDO PINHEIRO	Armando Souza Pinheiro
ARNALDO FARIA DE SÁ	Arnaldo Faria de Sá
ARNALDO JARDIM	Arnaldo Calil Pereira Jardim
ARNALDO MADEIRA	Arnaldo de Abreu Madeira
ARY KARA	Ary Kara José
AYRES DA CUNHA	Ayres da Cunha Marques
BETO MANSUR	Paulo Roberto Gomes Mansur
BISPO GÊ TENUTA	Geraldo Tenuta Filho
CÂNDIDO VACCAREZZA	Cândido Elpídio de Souza Vaccarezza
CARDOSO ALVES	Roberto Cardoso Alves
CARLOS APOLINÁRIO	Carlos Alberto Eugenio Apolinário
CARLOS NELSON	Carlos Nelson Bueno
CARLOS SAMPAIO	Carlos Henrique Focesi Sampaio
CARLOS ZARATTINI	Carlos Alberto Rolim Zarattini
CELSO DANIEL	Celso Augusto Daniel
CELSO GIGLIO	Celso Antonio Giglio
CELSO RUSSOMANNO	Celso Ubirajara Russomanno

(continua)

(continuação)

CHAFIC FARHAT	Chafic Wady Farhat
CHICO AMARAL	Francisco Chico Amaral
CHICO SARDELLI	Francisco Antônio Sardelli
CLÁUDIO MAGRÃO	Claudio Magrão de Camargo Cre
CLODOVIL HERNANDES	Clodovir Hernandez
CLOVIS VOLPI	Clóvis Volpi
CORAUCI SOBRINHO	Valdemar Corauci Sobrinho
CUNHA BUENO	Antônio Henrique Bitencourt Cunha Bueno
CUNHA LIMA	Antonio da Cunha Lima
DALILA FIGUEIREDO	Dalila Eugênia Maranhão Dias Figueiredo
DE VELASCO	Paulo César Marques de Velasco
DELFIN NETTO	Antônio Delfim Netto
DEVANIR RIBEIRO	Devanir Ribeiro
DIMAS RAMALHO	Dimas Eduardo Ramalho
DIOGO NOMURA	Diogo Nomura
DR. EVILÁSIO	Evilásio Cavalcante de Farias
DR. HÉLIO	Hélio de Oliveira Santos
DR. NECHAR	Sergio Antonio Nechar
DR. PINOTTI	José Aristodemo Pinotti
DR. TALMIR	Talmir Rodrigues
DR. UBIALI	Marco Aurélio Ubiali
DUARTE NOGUEIRA	Antonio Duarte Nogueira Júnior
DUILIO PISANESCHI	Duilio Pisaneschi
DURVAL ORLATO	Durval Lopes Orlato
EDEVALDO ALVES DA SILVA	Edevaldo Alves da Silva
EDINHO ARAÚJO	Édson Edinho Coelho Araújo
EDINHO MONTEMOR	Edgard Montemor Fernandes
EDNA MACEDO	Edna Bezerra Sampaio Fernandes
EDSON APARECIDO	Edson Aparecido dos Santos
EDUARDO COELHO	Eduardo José Pereira Coelho
EDUARDO JORGE	Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho
ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO	Elimar Máximo Damasceno
EMANUEL FERNANDES	Emanuel Fernandes
EMERSON KAPAZ	Emerson Kapaz
ENÉAS	Enéas Ferreira Carneiro
ERNESTO GRADELLA	Ernesto Gradella Neto
EUCLYDES DE MELLO	Euclides Affonso de Mello Neto
FÁBIO FELDMANN	Fábio José Feldmann
FÁBIO MEIRELLES	Fábio de Salles Meirelles
FAUSTO MARTELLO	Fausto Miguel Martello
FAUSTO ROCHA	Fausto Auromir Lopes Rocha
FERNANDO CHUCRE	Fernando Barrancos Chucre

(continua)

(continuação)

FERNANDO ESTIMA	Fernando Ricardo Galbiati Estima
FERNANDO ZUPPO	Carlos Fernando Zuppo Franco
FLEURY	Luiz Antonio Fleury Filho
FLORESTAN FERNANDES	Florestan Fernandes
FRANCISCO ROSSI	Francisco Rossi de Almeida
FRANCO MONTORO	André Franco Montoro
FRANK AGUIAR	Francineto Luz de Aguiar
GASTONE RIGHI	Gastone Righi Cuoghi
GERALDO ALCKMIN FILHO	Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho
GILBERTO KASSAB	Gilberto Kassab
GILBERTO NASCIMENTO	Gilberto Nascimento Silva
GUILHERME CAMPOS	Guilherme Campos Júnior
HEITOR FRANCO	Heitor Franco de Oliveira
HÉLIO BICUDO	Hélio Pereira Bicudo
HÉLIO ROSAS	Hélio César Rosas
HUMBERTO PARRO	Humberto Carlos Parro
IARA BERNARDI	Iara Bernardi
ILDEU ARAUJO	Ildeu Alves de Araujo
IRMA PASSONI	Irma Rossetto Passoni
IVAN VALENTE	Ivan Valente
JAIR MENEGUELLI	Jair Antonio Meneguelli
JAMIL MURAD	Jamil Murad
JANETE ROCHA PIETÁ	Janete Rocha Pieta
JEFFERSON CAMPOS	Jefferson Alves de Campos
JILMAR TATTO	Jilmar Augustinho Tatto
JOÃO BATISTA	João Batista Ramos da Silva
JOÃO DADO	João Eduardo Dado Leite de Carvalho
JOÃO HERRMANN NETO	João Herrmann Neto
JOÃO MELLÃO NETO	João Mellão Neto
JOÃO PAULO CUNHA	João Paulo Cunha
JORGE TADEU MUDALÉN	Jorge Tadeu Mudalen
JORGINHO MALULY	Jorge de Faria Maluly
JOSÉ ABRÃO	José Abrão
JOSÉ ANÍBAL	José Aníbal Peres de Pontes
JOSÉ AUGUSTO	José Augusto da Silva Ramos
JOSÉ CICOTE	José Cicote
JOSÉ COIMBRA	José de Castro Coimbra
JOSÉ DE ABREU	José Masci de Abreu
JOSÉ DIRCEU	José Dirceu de Oliveira e Silva
JOSÉ EDUARDO CARDOZO	José Eduardo Martins Cardozo
JOSÉ GENOÍNO	José Genoíno Neto
JOSÉ MACHADO	José Machado

(continua)

(continuação)

JOSÉ MARIA EYMAEL	José Maria Eymael
JOSÉ MENTOR	José Mentor Guilherme de Mello Netto
JOSÉ PAULO TÓFFANO	José Paulo Tóffano
JOSÉ ROBERTO BATOCHIO	José Roberto Batochio
JOSÉ SERRA	José Serra
JOVINO CÂNDIDO	Jovino Cândido da Silva
JULIO SEMEGHINI	Julio Francisco Semeghini Neto
JURANDYR PAIXÃO	Jurandir da Paixão Campos Freire
JURANDYR PAIXÃO	Jurandyr da Paixão de Campos Freire Filho
KINCAS MATTOS	Joaquim de Mattos Salles
KOYU IHA	Koyu Iha
LAMARTINE POSELLA	Lamartine Posella Sobrinho
LIBERATO CABOCLO	José Liberato Ferreira Caboclo
LOBBE NETO	Antonio Adolpho Lobbe Neto
LUCIANA COSTA	Luciana de Almeida Costa
LUCIANO ZICA	Eustáquio Luciano Zica
LUIZ CARLOS SANTOS	Luiz Carlos dos Santos
LUIZ EDUARDO GREENHALGH	Luiz Eduardo Rodrigues Greenhalgh
LUIZ GUSHIKEN	Luiz Gushiken
LUIZ MÁXIMO	Luiz Benedicto Máximo
LUIZA ERUNDINA	Luiza Erundina de Sousa
MAGALHÃES TEIXEIRA	José Roberto Magalhães Teixeira
MAKOTO IGUCHI	Makoto Iguchi
MALULY NETTO	Jorge Maluly Netto
MANOEL MOREIRA	Manoel Moreira de Araújo Filho
MARCELINO ROMANO MACHADO	Marcelino Romano Machado
MARCELO BARBIERI	Marcelo Fortes Barbieri
MARCELO ORTIZ	Francisco Marcelo Ortiz Filho
MÁRCIO FRANÇA	Márcio Luiz França Gomes
MARCOS ABRAMO	Marcos Roberto Abramo
MARCOS CINTRA	Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque
MARCOS VINICIUS DE CAMPOS	Marcos Vinicius de Campos
MARIÂNGELA DUARTE	Mariângela de Araújo Gama Duarte
MARQUINHO CHEDID	Marco Antonio Nassif Abi Chedid
MARTA SUPLICY	Marta Teresa Suplicy
MAURICI MARIANO	Maurici Mariano
MAURICIO NAJAR	Mauricio Nagib Najjar
MEDEIROS	Luiz Antonio de Medeiros Neto
MENDES BOTELHO	José Mendes Botelho
MICHEL TEMER	Michel Miguel Elias Temer Lulia
MILTON MONTI	Milton Antonio Casquel Monti
MOREIRA FERREIRA	Carlos Eduardo Moreira Ferreira

(continua)

(continuação)

NELO RODOLFO	Nello Rodolpho Giongo Filho
NELSON MARQUEZELLI	Nelson Marquezelli
NELSON SEIXAS	Nelson de Carvalho Seixas
NEUTON LIMA	Rubeneuton Oliveira Lima
ORLANDO FANTAZZINI	Orlando Fantazzini Neto
OSWALDO STECCA	Oswaldo José Stecca
PAULO KOBAYASHI	Paulo Seiti Kobayashi
PAULO LIMA	Paulo Cesar de Oliveira Lima
PAULO MALUF	Paulo Salim Maluf
PAULO NOVAES	Paulo Dias Novaes
PAULO PEREIRA DA SILVA	Paulo Pereira da Silva
PAULO RENATO SOUZA	Paulo Renato Costa Souza
PAULO TEIXEIRA	Luiz Paulo Teixeira Ferreira
PEDRO PAVÃO	Pedro Pavão
PEDRO YVES	Pedro Yves Simão
PROFESSOR IRAPUAN TEIXEIRA	Irapuan Teixeira
PROFESSOR LUIZINHO	Luiz Carlos da Silva
REGIS DE OLIVEIRA	Regis Fernandes de Oliveira
REINALDO NOGUEIRA	Reinaldo Nogueira Lopes Cruz
RENATO AMARY	Renato Fauvel Amary
RICARDO BERZOINI	Ricardo José Ribeiro Berzoini
RICARDO IZAR	Ricardo Nagib Izar
RICARDO TRIPOLI	José Ricardo Alvarenga Tripoli
ROBERTO GOUVEIA	Roberto Gouveia Nascimento
ROBERTO ROLLEMBERG	Roberto Valle Rollemberg
ROBERTO SANTIAGO	José Roberto Santiago Gomes
ROBSON TUMA	Robson Tuma
RUBENS FURLAN	Rubens Furlan
RUBENS LARA	Antonio Rubens Costa de Lara
RUBINELLI	Wagner Rubinelli
RUI FALCÃO	Rui Goethe da Costa Falcão
SALVADOR ZIMBALDI	Salvador Zimbaldi Filho
SAMPAIO DÓRIA	Carlos Eduardo Sampaio Dória
SILVINHO PECCIOLI	Sílvio Roberto Cavalcanti Peccioli
SILVIO TORRES	Silvio França Torres
SÓLON BORGES REIS	Sólon Borges dos Reis
TADASHI KURIKI	Tadashi Kuriki
TELMA DE SOUZA	Telma Sandra Augusto de Souza
TIDEI DE LIMA	Antonio Tidei de Lima
TUGA ANGERAMI	José Gualberto Tuga Martins Angerami
ULYSSES GUIMARÃES	Ulysses Silveira Guimarães
USHITARO KAMIA	Ushitaro Kamia

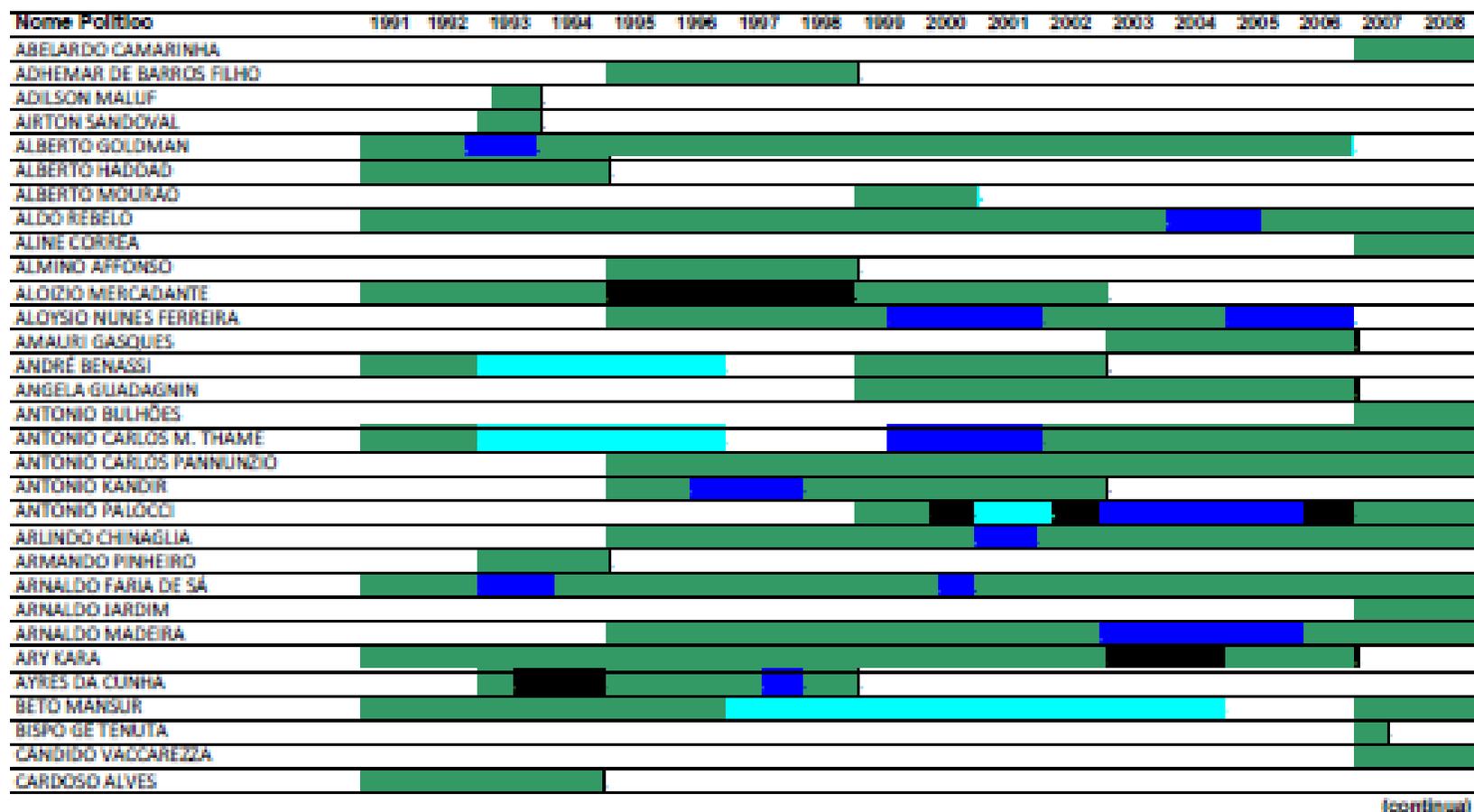
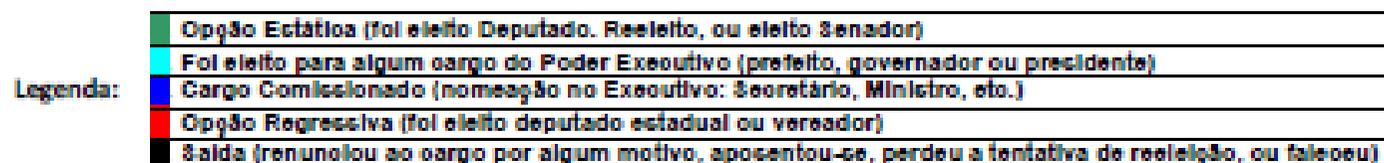
(continua)

(continuação)

VADÃO GOMES	Etivaldo Vadão Gomes
VALDEMAR COSTA NETO	Valdemar Costa Neto
VANDERLEI ASSIS	Vanderlei Assis de Souza
VANDERLEI MACRIS	Vanderlei Macris
VICENTE CASCIONE	Vicente Fernandes Cascione
VICENTINHO	Vicente Paulo da Silva
WAGNER ROSSI	Wagner Gonçalves Rossi
WAGNER SALUSTIANO	Wagner Amaral Salustiano
WALTER BARELLI	Walter Barelli
WALTER FELDMAN	Walter Meyer Feldman
WALTER IHOSHI	Walter Shindi Iihoshi
WALTER NORY	Walter Bernardes Nory
WANDERVAL SANTOS	Vandeval Lima dos Santos
WELSON GASPARINI	Welson Gasparini
WILLIAM WOO	William Boss Woo
XICO GRAZIANO	Francisco Graziano Neto
ZARATTINI	Ricardo Zarattini Filho
ZÉ ÍNDIO	José Ferreira do Nascimento
ZULAIÊ COBRA	Zulaiê Cobra Ribeiro

Anexo 3. Representação gráfica das estratégias de carreira adotadas pelos deputados federais do estado de São Paulo entre 1991 e 2008.

O esquema gráfico a seguir apresenta, de forma sucinta, as principais estratégias de carreira adotadas pelos deputados federais paulistas entre 1991 e 2008:



(continua)

	(continuação)																	
Nome Político	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
CARLOS APOLINÁRIO																		
CARLOS NELSON																		
CARLOS SAMPAIO																		
CARLOS ZARATTINI																		
CELSO DANIEL																		
CELSO GIGLIO																		
CELSO RUSSOMANNO																		
CHAFIC FARHAT																		
CHICO AMARAL																		
CHICO SARDELI																		
CLÁUDIO MAGRÃO																		
CLODOVIL HERNANDES																		
CLOVIS VOLPI																		
CORALICI SOBRINHO																		
CUNHA BUENO																		
CUNHA LIMA																		
DALILA FIGUEIREDO																		
DE VELASCO																		
DELFIN NETTO																		
DEVANIR RIBEIRO																		
DIMAS RAMALHO																		
DIOGO MOMURA																		
DR. EVILÁSIO																		
DR. HÉLIO																		
DR. NECHAR																		
DR. PINOTTI																		
DR. TALMIR																		
DR. UBIALI																		
DUARTE NOGUEIRA																		
DULIO PISANESCHI																		
DURVAL ORLATO																		
EDEVALDO ALVES DA SILVA																		
EDINHO ARAÚJO																		
EDINHO MONTEMOR																		
EDNA MACEDO																		
EDSON APARECIDO																		
EDUARDO COELHO																		
EDUARDO JORGE																		
ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO																		
EMANUEL FERNANDES																		
EMERSON KAPAZ																		

(continua)

	(continuação)																	
Nome Político	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
ENÉAS																		
ERNESTO GRADELLA																		
EUCLYDES DE MELLO																		
FÁBIO FELDMANN																		
FÁBIO MEIRELLES																		
FAUSTO MARTELLO																		
FAUSTO ROCHA																		
FERNANDO CHUCRE																		
FERNANDO ESTIMA																		
FERNANDO ZUPPO																		
FLEURY																		
FLORESTAN FERNANDES																		
FRANCISCO ROSSI																		
FRANCO MONTORO																		
FRANK AGUIAR																		
GASTONE RIGHI																		
GERALDO ALCKMIN FILHO																		
GILBERTO RASSAB																		
GILBERTO NASCIMENTO																		
GUILHERME CAMPOS																		
HEITOR FRANCO																		
HÉLIO BICUDO																		
HÉLIO ROSAS																		
HUMBERTO PARRO																		
IARA BERNARDI																		
ILDEU ARAÚJO																		
IRMA PASSONI																		
IVAN VALENTE																		
JAIR MENEGUELLI																		
JAMIL MURAD																		
JANETE ROCHA PIETÁ																		
JEFFERSON CAMPOS																		
JILMAR TATTO																		
JOÃO BATISTA																		
JOÃO DADÓ																		
JOÃO HERRMANN NETO																		
JOÃO MELLÃO NETO																		
JOÃO PAULO CUNHA																		
JORGE TADEU MUDALEN																		
JORGINHO MALLUY																		
JOSÉ ABRÃO																		

(continua)

	(continuação)																	
Nome Político	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
JOSÉ ANÍBAL																		
JOSÉ AUGUSTO																		
JOSÉ CÍCOTE																		
JOSÉ COIMBRA																		
JOSÉ DE ABREU																		
JOSÉ DIRCEU																		
JOSÉ EDUARDO CARDOZO																		
JOSÉ GENÓDIO																		
JOSÉ MACHADO																		
JOSÉ MARIA EYMAEL																		
JOSÉ MENTOR																		
JOSÉ PAULO TOFFANO																		
JOSÉ ROBERTO BATOCHIO																		
JOSÉ SERRA																		
JOVINO CÂNDIDO																		
JULIO SEMEGHINI																		
JURANDYR PADRÃO																		
JURANDYR PADRÃO																		
KINCAS MATTOS																		
KOYU IHA																		
LAMARTINE POSELLA																		
LIBERATO CABOCLÓ																		
LOBBE NETO																		
LUCIANA COSTA																		
LUCIANO ZICA																		
LUÍZ CARLOS SANTOS																		
LUÍZ EDUARDO GREENHALGH																		
LUÍZ GUSHIKEN																		
LUÍZ MÁXIMO																		
LUÍZA BRUNDINA																		
MAGALHÃES TEIXEIRA																		
MAROTO IGUCHI																		
MALUY NETTO																		
MANOEL MOREIRA																		
MARCELINO ROMANO MACHADO																		
MARCELO BARBIERI																		
MARCELO ORTIZ																		
MARCIO FRANÇA																		
MARCOS ABRAMO																		
MARCOS CINTRA																		
MARCOS VINÍCIUS DE CAMPOS																		

(continua)

	(continuação)																	
Nome Político	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
MARLÂNGELA DUARTE																		
MARQUINHO CHEDID																		
MARTA SUPLICY																		
MAURICI MARIANO																		
MAURICIO NAJAR																		
MEDEIROS																		
MENDES BOTEELHO																		
MICHEL TEMER																		
MILTON MONTE																		
MOREIRA FERREIRA																		
NELO RODOLFO																		
NELSON MARQUEZELLI																		
NELSON SEIXAS																		
NEUTON LIMA																		
ORLANDO FANTAZZINI																		
OSWALDO STECCA																		
PAULO KOBAYASHI																		
PAULO LIMA																		
PAULO MALUF																		
PAULO NOVAES																		
PAULO PEREIRA DA SILVA																		
PAULO RENATO SOUZA																		
PAULO TEIXEIRA																		
PEDRO PAVÃO																		
PEDRO YVES																		
PROFESSOR IRAPUAN TEIXEIRA																		
PROFESSOR LUZINHO																		
REGIS DE OLIVEIRA																		
REINALDO NOGUEIRA																		
RENATO AMARÉ																		
RICARDO BERZONI																		
RICARDO IZAR																		
RICARDO TRIPOLI																		
ROBERTO GOUVEIA																		
ROBERTO ROLLEMBERG																		
ROBERTO SANTIAGO																		
ROBSON TUMA																		
RUBENS FURLAN																		
RUBENS LARA																		
RUBINELLI																		
RUI FALCÃO																		

(continua)

